

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**

**CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO**

**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**GUILHERME JOSE FRAGA**

**COMPORTAMENTO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA NA SECRETARIA DE  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA GRANDE FLORIANÓPOLIS NO PERÍODO  
DE 2006 A 2010**

**FLORIANÓPOLIS**

**2011**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**

**CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO**

**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**COMPORTAMENTO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA NA SECRETARIA DE  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA GRANDE FLORIANÓPOLIS NO PERÍODO  
DE 2006 A 2010**

Trabalho de conclusão de curso a ser apresentado  
como requisito para a obtenção de título de bacharel  
em Ciências Contábeis.

Professor Orientador: Flavio da Cruz, Msc.

**FLORIANÓPOLIS**

**2011**

**GUILHERME JOSE FRAGA**

**COMPORTAMENTO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA NA SECRETARIA DE  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA GRANDE FLORIANÓPOLIS NO PERÍODO  
DE 2006 A 2010**

Esta monografia foi apresentada como TCC, no curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina, à banca examinadora constituída pelo professor orientador e membros abaixo mencionados.

Florianópolis, SC, 30 de novembro de 2011.

**Professora Valdirene Gasparetto, Dra.**

Coordenadora de TCC do Departamento de Ciências Contábeis

Professores que compuseram a banca examinadora:

**Prof. Flavio da Cruz, Msc.**

Orientador

**Prof. Orion Augusto Platt Neto, Dr.**

Membro

**Prof. Marcos Laffin, Dr.**

Membro

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus, Aquele que guia a humanidade.

Aos meus pais, Orlando e Cida, pelo exemplo ao longo de minha vida, e pelo esforço para que eu sempre tivesse uma excelente educação.

Aos meus irmãos Katia e Gustavo, e minha sobrinha Isadora, os quais sempre posso contar e me espelhar.

A minha namorada e amiga para todas as horas, Ana Maria, que nessa caminhada muito me ajudou.

Ao meu orientador Professor Flávio da Cruz, meu conterrâneo que desde que nos conhecemos nos tornamos grandes amigos.

Agradeço também Alexandra Furtado da Silva Dias, que muito me ensinou no estágio na Secretaria de Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis, e me ajudou na elaboração deste trabalho.

A todos os professores e colegas da graduação.

Ao professor e maestro João Almir Wendt que possibilitou que estudasse em um colégio de qualidade.

A todos os músicos, musicistas, maestros e diretoria da Sociedade Musical e Cultural Santo Amaro, que entenderam a minha ausência nesse período.

A todos que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho.

*“Para ganhar conhecimento, adicione coisas todos os dias.*

*Para ganhar sabedoria, elimine coisas todos os dias”.*

**Lao-Tsé**

## RESUMO

FRAGA, Guilherme Jose. **Comportamento da despesa orçamentária na Secretaria de Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis no período de 2006 a 2010**. 2011. 64 fls. Monografia (Curso de Graduação em Ciências Contábeis) – Departamento de Ciências Contábeis – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

Com a outra forma da administração pública, no qual o governo busca a aproximação com o cidadão, surge o apelo pela transparência, até mesmo forçados pela LRF, e pela Lei Complementar nº 131 de 17 de maio de 2009. Com o objetivo dessa aproximação, o Estado de Santa Catarina, por meio da Lei Complementar nº 243 de 30 de janeiro de 2003, na seção V, criou as Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional (SDR's). Assim, o presente trabalho tem como objetivo, identificar por meio de análises quantitativas o comportamento dos gastos do Governo de Santa Catarina com a Secretaria de Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis, no período de 2006 a 2010. No referencial teórico são abordados alguns conceitos de contabilidade pública, administração pública no Brasil e em Santa Catarina; orçamento público, princípios e planejamento orçamentário; receita pública, classificação e estágios da receita; despesa pública, classificação e estágios da despesa. Para o alcance do objetivo, foi realizada uma pesquisa com a finalidade de identificar as despesas com maior expressividade e realizar uma comparação entre os anos em análise. No que se refere aos objetivos, a pesquisa classifica-se como descritiva, quanto aos procedimentos considera-se uma pesquisa bibliográfica e documental, a abordagem do problema classifica-se em quantitativa. Em seguida, é apresentado um histórico da SDR-Grande Florianópolis. Por fim, são apresentados os resultados da pesquisa por grupo de natureza de despesa, função e subfunção, tendo como destaque o grupo de despesas correntes (51,3%), a função educação (42,1%) e subfunção ensino fundamental (81,8%).

Palavras chave: Contabilidade Pública. Despesa Pública. SDR. SDR-Grande Florianópolis.

## **LISTA DE QUADROS**

**Quadro 1: Classificação das receitas**

**Quadro 2: Despesas por funções**

**Quadro 3: Categorias econômicas e grupo de natureza de despesa**

**Quadro 4: População e área da Grande Florianópolis**

**Quadro 5: Modalidades de aplicação**

**Quadro 6: Elementos de despesa**

## **LISTA DE TABELAS**

**Tabela 1: Despesas por categoria econômica, entre 2006 e 2010**

**Tabela 2: Despesas por categoria econômica e grupo de natureza - SDR-Grande Florianópolis, entre 2006 e 2010**

**Tabela 3: Despesas por funções de governo – SDR-Grande Florianópolis, entre 2006 e 2010**

**Tabela 4: Subfunções da função educação da SDR-Grande Florianópolis, entre 2006 e 2010**



## **LISTA DE FIGURAS**

**Figura 1: Organização da administração pública no Brasil**

**Figura 2: Localização das 36 Secretarias de Desenvolvimento Regional**

**Figura 3: Municípios de abrangência da SDR – Grande Florianópolis**

**Figura 4: Termo de autorização**

## **LISTA DE GRÁFICOS**

**Gráfico 1: Total gastos públicos Governo Estado de Santa Catarina**

**Gráfico 2: Distribuição dos gastos entre administração direta e indireta**

**Gráfico 3: Distribuição dos gastos da administração direta destacando as SDR's**

**Gráfico 4: Média dos gastos realizados pelas SDR's**

**Gráfico 5: Despesas por categoria econômica, entre 2006 e 2010**

**Gráfico 6: Total das despesas por categoria econômica - SDR-Grande Florianópolis, entre 2006 e 2010**

**Gráfico 7: Distribuição das despesas por categoria econômica - SDR-Grande Florianópolis, entre 2006 e 2010**

**Gráfico 8: Despesas por grupo de natureza - SDR-Grande Florianópolis, entre 2006 e 2010**

**Gráfico 9: Participação da SDR-Grande Florianópolis no grupo investimento no resultado do Estado**

**Gráfico 10: Valores acumulados das principais funções de governo – SDR-Grande Florianópolis, entre 2006 e 2010**

**Gráfico 11: Funções de governo mais representativa – SDR-Grande Florianópolis, entre 2006 e 2010**

**Gráfico 12: Participação da SDR-Grande Florianópolis na função educação em relação as demais SDR's, entre os anos de 2006 e 2010**

**Gráfico 13: Participação da SDR-Grande Florianópolis em relação à média das demais SDR's**

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

**CF** – Constituição Federal

**CDR** – Conselho Desenvolvimento Regional

**EC** – Emenda Constitucional

**LC** – Lei Complementar

**LDO** – Lei Diretrizes Orçamentárias

**LOA** – Lei Orçamentária Anual

**MCASP** – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público

**PCO** – Procedimentos Contábeis Orçamentários

**PPA** – Plano Plurianual

**SDR** – Secretaria de Desenvolvimento Regional

**SDR-Grande Florianópolis** – Secretaria de Desenvolvimento Regional da Grande  
Florianópolis

**UFSC** – Universidade Federal de Santa Catarina

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
1.1 TEMA E PROBLEMA.....	14
1.2 OBJETIVOS .....	16
<b>1.2.1 Objetivo geral.....</b>	<b>16</b>
<b>1.2.2 Objetivos específicos.....</b>	<b>16</b>
1.3 JUSTIFICATIVA .....	16
1.4 DELIMITAÇÃO .....	17
1.5 ORGANIZAÇÃO DO ESTUDO .....	17
<b>2. REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>19</b>
2.1 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	19
<b>2.1.1 Administração direta.....</b>	<b>21</b>
<b>2.1.2 Administração indireta .....</b>	<b>22</b>
2.2 ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA.....	23
2.3 ORÇAMENTO PÚBLICO .....	25
2.6 RECEITA PÚBLICA .....	30
2.7 DESPESA PÚBLICA.....	33
<b>2.7.1 Classificação funcional-programática .....</b>	<b>34</b>
<b>2.7.2 Natureza da despesa orçamentária .....</b>	<b>35</b>
<b>2.7.3 Estágios da despesa.....</b>	<b>37</b>
<b>3. METODOLOGIA DA PESQUISA .....</b>	<b>38</b>
3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO .....	38
3.2 TÉCNICA DE COLETA DE DADOS.....	38
3.3 POPULAÇÃO E AMOSTRA .....	39
<b>4. ANÁLISE DOS RESULTADOS .....</b>	<b>40</b>

4.1 APRESENTAÇÃO DA SDR-GRANDE FLORIANÓPOLIS.....	40
4.2 OBTENÇÃO E TABULAÇÃO DOS DADOS.....	42
4.2.1 Análise dos gastos públicos sob o enfoque da classificação institucional .....	42
4.2.2 Análise dos gastos públicos por categoria econômica e grupos de natureza....	44
4.2.3 Análise por classificação funcional .....	48
<b>5. CONCLUSÃO E SUGESTÕES PARA TRABALHOS FUTUROS.....</b>	<b>53</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>55</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>61</b>
ANEXO A – MODALIDADES DE APLICAÇÃO .....	61
ANEXO B – ELEMENTOS DE DESPESA .....	62
ANEXO C – TERMO DE AUTORIZAÇÃO .....	64

## **1. INTRODUÇÃO**

Este trabalho de pesquisa insere-se na área das ciências sociais, está ligado com as finanças públicas estatais e foi elaborado com a finalidade de atender ao regulamento de trabalho de conclusão de curso.

Sobre contabilidade pública, Kohama (2008) menciona que é um ramo da ciência que tem por finalidade captar, registrar, resumir e interpretar os fenômenos que afetam as situações orçamentárias, financeiras e patrimoniais das entidades de direito público como a União, Estado, Distrito Federal, Municípios e suas respectivas entidades autárquicas.

Na situação orçamentária pode-se observar a fixação, a execução e as diferenças do orçamento especificadas na lei do orçamento. Em uma situação financeira se confere as entradas e saídas de recursos, demonstrando o fluxo de caixa. Na situação patrimonial podemos conferir os bens pertencentes à entidade.

A Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, é a norma que disciplina o direito financeiro no setor público brasileiro, sendo balizadora na contabilidade pública, ela regulamenta e padroniza os instrumentos de planejamento e execução orçamentária.

Com relação à regulamentação, a lei disciplinará regras que deverão ser observadas por todos os entes federados (normas financeiras). Já a padronização, refere-se à forma em que as informações deverão ser apresentadas (demonstrativos financeiros). Tal padronização permite a consolidação das informações referentes ao orçamento de todos os entes federados (administração direta e indireta).

A transparência passou a ter um papel essencial para o ente público após a edição da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF. A administração pública tende a divulgar seus atos e a população, conseqüentemente, passou a ter um importante papel na fiscalização das atividades do setor público

### **1.1 TEMA E PROBLEMA**

O Estado tem sua origem, a partir do momento que seu povo, consciente de sua nacionalidade, se organiza politicamente e segue suas próprias leis. Sua principal função é a satisfação das necessidades da sociedade, seja relacionada à saúde, à cultura, à educação, à segurança dentre outros. Para satisfazê-las, o Estado presta serviços públicos que, segundo

Kohama (2008, p.21), “[...] é o conjunto de atividades e bens que são exercidos ou colocados à disposição da coletividade, visando abranger e proporcionar o maior grau possível de bem-estar social ou da “prosperidade pública”. Os serviços públicos oferecidos pelo Estado são financiados principalmente com recursos advindos da arrecadação de tributos e contribuições.

A arrecadação e a aplicação desses recursos configura a gestão pública e tem como principal interessado a população, que paga seus tributos (receitas) esperando que o Estado atenda seus interesses. A palavra “Estado” abrange a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, enquanto níveis de governo.

A outra forma da administração pública busca a aproximação do governo com o cidadão, que acaba tendo papel importante na fiscalização das ações do governo, exigindo a demonstração das aplicações e destinações dos recursos, surgindo assim o apelo pela transparência.

Nesse contexto, as entidades públicas têm buscado formas de atender tais exigências, até mesmo forçados pela LRF, que trata em seu Capítulo IX sobre a questão da transparência, controle e fiscalização e pela Lei Complementar nº 131, de 17 de maio de 2009, que determina a divulgação de informações da execução orçamentária e financeira, em tempo real, dos entes federados. O Estado de Santa Catarina tem a disposição dos cidadãos uma página na *internet* contendo dados e informações diárias, mensais e anuais de natureza orçamentária, financeira e contábil.

Com o objetivo de estreitar a relação governo – cidadão sob o enfoque da outra administração pública, o Estado de Santa Catarina, aprovou a LC nº 243, de 30 de janeiro de 2003, na seção V, criou as Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional (SDR’s). Um dos pontos discutidos pela sociedade catarinense desde então é, se toda essa estrutura demonstra ser a mais adequada, observando o princípio da economicidade e da eficiência, ou seja, custo *versus* benefício de se manter 36 SDR’s, desconcentrando parte dos serviços antes executados pelas secretarias centrais.

A partir do problema exposto, chegou-se ao seguinte questionamento: qual a composição e evolução das despesas na Secretaria de Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis (SDR-Grande Florianópolis) no período de 2006 a 2010?

## 1.2 OBJETIVOS

Nesta seção são apresentados os objetivos geral e específicos que oferecem à pesquisa o caminho para se alcançar os resultados ao problema em questão.

### 1.2.1 Objetivo geral

O objetivo geral desta pesquisa é verificar o comportamento dos gastos do Governo de Santa Catarina com a Secretaria de Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis.

### 1.2.2 Objetivos específicos

Conforme o objetivo geral foram definidos os seguintes objetivos específicos:

- a) apresentar os conceitos e as classificações das despesas na contabilidade pública;
- b) analisar os demonstrativos contábeis da SDR-Grande Florianópolis e comparar os resultados obtidos com os demonstrativos consolidados do Governo do Estado no período de 2006 a 2010;
- c) identificar a composição e evolução das despesas de acordo com os principais grupos classificatórios na SDR-Grande Florianópolis;

## 1.3 JUSTIFICATIVA

O tema a ser abordado mostra-se relevante pela importância da transparência e acesso a dados da despesa orçamentária, vulgarmente denominadas de gastos públicos, direito garantido aos cidadãos pela Constituição Federal, promulgada em 5 de outubro de 1988, reforçado pela LRF e LC 131/2009. Justifica-se a importância desta pesquisa no contexto governamental e social.

No contexto governamental, por oferecer uma contribuição ao gestor público quanto ao levantamento de um conjunto de dados e informações que poderão auxiliar em planejamentos futuros, quanto à percepção da alocação dos recursos, a fim de dar ênfase



àqueles com maior representatividade, na busca de aprimoramento no processo de elaboração do orçamento público, assim como no acompanhamento de sua execução.

No contexto social, tem caráter informativo, na medida em que conseguir impactar pela novidade ou curiosidade, permitindo ao indivíduo exercer a cidadania, por meio da participação no processo de planejamento, execução e avaliação das finanças públicas. Proporciona ainda, uma ferramenta parcial, para verificar se as suas necessidades estão sendo atendidas.

Quanto à originalidade, por ser um órgão criado recentemente, não foi encontrado nas monografias publicadas pelos alunos do departamento de ciências contábeis da UFSC, um trabalho tratando exclusivamente das aplicações das SDR's em especial a da Grande Florianópolis.

O fator que justifica a escolha do local a ser investigado é a experiência profissional do autor, que estagiou durante quase dois anos em tal órgão, diretamente no setor de contabilidade.

Logo, com a realização deste trabalho, pretende-se contribuir tanto para a esfera governamental quanto para a social.

#### 1.4 DELIMITAÇÃO

O período investigado foi entre os anos de 2006 e 2010, dessa forma, os resultados dos objetivos propostos abrangem este período, não podendo ser considerados os resultados apresentados para outro espaço temporal.

Por ser uma secretaria que não possui receita, apenas repasses, fica inviável a utilização de índices para a análise dos resultados, sendo viável apenas a análise comparativa com os demonstrativos consolidados do Estado, e aplicação ano a ano na própria secretaria.

#### 1.5 ORGANIZAÇÃO DO ESTUDO

Este trabalho monográfico é formado por cinco capítulos: introdução, revisão de literatura, metodologia da pesquisa, análise dos resultados, considerações finais e sugestões.

No primeiro, apresenta-se a introdução, no qual busca-se abordar (i) contextualização sobre o tema de pesquisa e a definição do problema de pesquisa; (ii) objetivo geral; (iii) objetivos específicos; (iv) a justificativa; e, (v) a delimitação da pesquisa.

No segundo capítulo, apresenta-se a revisão da literatura, no qual se fez um apanhado geral a fim de dar embasamento ao leitor quanto aos objetivos propostos. Quanto ao referencial teórico, destacam-se os temas a cerca da administração pública no Brasil e em Santa Catarina; orçamento público, princípios e planejamento orçamentário; receita pública, classificação e estágios da receita; despesa pública, classificação e estágios da despesa.

No terceiro capítulo, busca-se apresentar a metodologia da pesquisa, no qual se aborda: (i) o enquadramento metodológico, (ii) técnica e coleta de dados; e (iii) população e amostra.

No quarto capítulo, apresenta-se a (i) análise dos resultados; (ii) Apresentação da SDR-Grande Florianópolis; e (iii) Obtenção e tabulação dos dados.

Por fim, no quinto capítulo, tem-se a (i) conclusão; e (ii) sugestões para futuros trabalhos.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção é apresentada a revisão da literatura que fundamenta a teorização do estudo desta pesquisa, sendo dividida em: (i) administração pública no Brasil e em Santa Catarina; (ii) orçamento público; (iii) receita pública; (iv) despesa pública, classificação e estágios da despesa.

### 2.1 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A administração pública traduz-se no aparelhamento do Estado visando à gestão dos recursos públicos e a prestação de serviços à sociedade. Para sua melhor compreensão torna-se necessário abordar alguns conceitos de Estado e Governo.

Para Kohama (2008, p. 10), “o Estado não é o fim dos homens, mas um meio para proporcionar-lhes a satisfação do bem-estar, mediante uma organização, propícia ao regime de liberdade, prosperidade e justiça”. Ele tem a função de: segurança, mantendo a ordem política, econômica e social; e desenvolvimento, promovendo o bem-comum.

De acordo com Meireles (*apud* MATIAS-PEREIRA, 2009, p. 125):

Governo significa conduzir politicamente os negócios públicos, é uma expressão política de comando, de iniciativa, de fixação de objetivos do Estado e de manutenção da ordem jurídica vigente. O Governo atua mediante atos de soberania na condução dos negócios públicos.

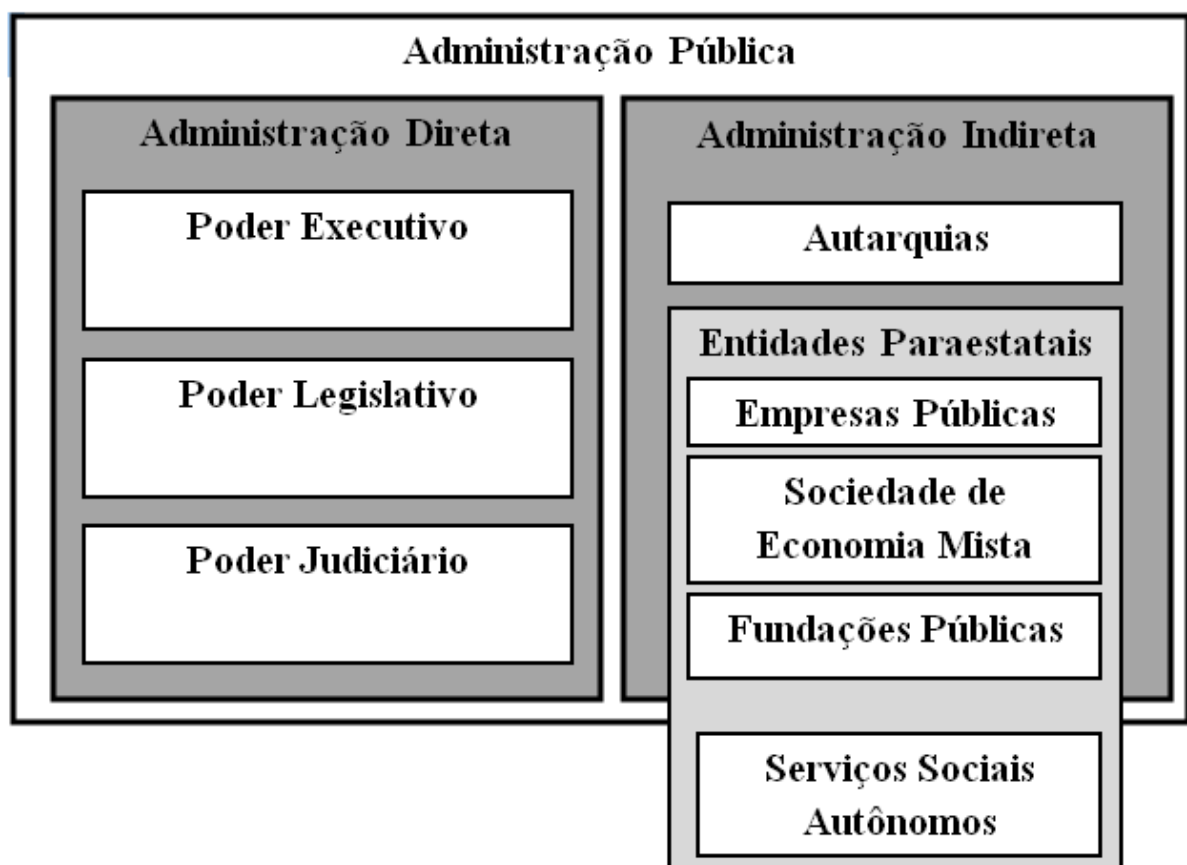
Do conceito de governo, extrai-se que a administração pública tem por finalidade executar suas ações, prestando serviços de interesse coletivo visando o bem-comum.

A administração pública deve observar os princípios estabelecidos no art. 37 da Constituição Federal (CF), promulgada em 1988 e complementado pela Emenda Constitucional (EC) nº 19/98:

- a) Legalidade – contido no artigo 5º da CF, cita que “ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei”, tal principio mostra que todos os atos que a administração pública vier a efetuar, deverão estar contidos em leis;
- b) Impessoalidade – todo agente público deve visar o interesse da coletividade;

- c) Moralidade – além de obedecer ao princípio da legalidade, o agente público deve tomar decisões honestas, ou seja, tomar decisões que vão de encontro aos interesses da população;
- d) Publicidade – todos atos administrativos do ente público devem estar ao acesso da população, dando possibilidade desta exigir uma melhor aplicação dos recursos públicos;
- e) Eficiência – os atos administrativos devem ser eficientes, ou seja, se um determinado órgão publico não está atendendo aos anseios da população (ineficiente) ele deve ser remodelado, afim de priorizar a eficiência.

Para uma melhor organização da administração pública no Brasil, a Decreto-Lei nº 200/67, a subdividiu em administração pública direta e indireta. Platt Neto (2011), ilustra as principais entidades da administração pública, porém pela quantidade de conceitos existentes, tal figura pode ser passível de divergências.



**Figura 1: Organização da administração pública no Brasil**  
Fonte: Adaptado Platt Neto (2011, p. 13).

A administração pública direta, apesar de divergências quantitativas é formada pelos três poderes responsáveis, de forma sintética, por executar as leis (executivo), elaborá-las (legislativo) e por fim julgá-las (judiciário). Nessa forma de organização, os órgãos estão subordinados hierarquicamente aos chefes desses poderes, existindo apenas uma pessoa jurídica.

Na administração pública indireta encontram-se as entidades de apoio à administração direta: autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações. Tem-se ainda as entidades prestadoras de serviços sociais que, apesar de não integrarem a estrutura da administração pública, atuam na prestação de serviços de interesse público, figurando como entidades paralelas ao estado, sendo parceiras do ente estatal.

### **2.1.1 Administração direta**

Nessa forma de administrar é também conhecida como administração centralizada, pelo fato do Estado executar suas tarefas diretamente. Na esfera federal, tal modelo é composto pelos serviços agregados na estrutura administrativa da Presidência da República e dos Ministérios; nos Estados e no Distrito Federal ela é formada pelos Gabinetes do Governador e Secretarias de Estado; e nos municípios ela é formada pelo Gabinete do Prefeito e Secretarias Municipais (KOHAMA, 2008).

Como exemplo da administração direta tem-se na esfera federal os órgãos essenciais:

- a) Gabinete Pessoal da Presidenta da República
- b) Casa Civil
- c) Secretaria-Geral
- d) Secretaria de Relações Institucionais
- e) Secretaria de Comunicação Social
- f) Gabinete de Segurança Institucional
- g) Secretaria de Assuntos Estratégicos
- h) Secretaria de Políticas para as Mulheres
- i) Secretaria de Direitos Humanos
- j) Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
- k) Secretaria de Portos
- l) Secretaria de Aviação Civil

### 2.1.2 Administração indireta

Neste modelo ocorre a chamada descentralização, no qual o Estado desempenha algumas de suas funções por meio de outras pessoas jurídicas, ou seja, o Governo transfere as atividades para entidade de direito público ou privado. As atividades desenvolvidas por tais entidades exigem uma maior especialidade por parte do prestador.

A descentralização será efetivada por meio de outorga – o Estado cria uma entidade e a ela transfere, por lei, a execução de determinado serviço público – ou por delegação – quando o Estado transfere, por contrato ou ato unilateral, unicamente a execução do serviço, para que o ente delegado o preste ao público em seu próprio nome e por sua conta e risco, porém, sob fiscalização do ente.

As entidades da administração indireta são divididas em:

**Autarquias:** sendo uma forma de descentralização, é um serviço autônomo, tendo sua criação por meio de uma lei e regulamentadas por decretos, possui patrimônio e receita próprios, tem a função de executar atividades típicas da administração pública. De acordo com Kohama (2008, p. 21), tal entidade “recebe a execução de serviço público por transferência, não agindo por delegação, e sim por direito próprio e com autoridade pública, da competência que lhe for outorgada pela lei que a cria”.

Como exemplos de autarquias pode-se citar os Conselhos de Classes (CFC e CFM), o Banco Central do Brasil (BACEN) e a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

**Empresas Públicas:** tendo seu capital totalmente público, tais empresas possuem personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e capital exclusivamente governamental, visando o lucro e criadas para a exploração de atividades econômicas ou industriais.

Como exemplos pode-se citar a Empresa Brasileira dos Correios e Telégrafos (CORREIOS) e a Caixa Econômica Federal (CEF).

**Sociedades de Economia Mista:** como as empresas públicas, as sociedades de economia mista possuem personalidade de direito privado, com patrimônio próprio e também visam o lucro. A grande diferença entre as duas está no fato de que esta é formada por recursos financeiro públicos e privados, visando a exploração de atividades econômicas.

Como exemplos temos o Banco do Brasil e a Petrobrás.

**Fundações Públicas:** são criadas a fim de desenvolver atividades de interesse público como cultura e educação, logo, não têm fins lucrativos. Assim como as autarquias, as fundações são criadas por lei e regulamentadas por decreto. Possui personalidade jurídica de direito público.

Como exemplos de Fundações Públicas a nível Federal temos a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

## 2.2 ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

A Administração Direta Estadual é formada pelo Chefe do Poder Executivo, seus Gabinetes e suas Secretarias. De acordo com o site oficial do Governo (SANTA CATARINA, 2011), tais órgãos são os seguintes:

### **PODER EXECUTIVO**

Gabinete da Chefia do Executivo

Secretaria Executiva da Casa Militar

Gabinete do Vice-Governador

Procuradoria Geral do Estado

### **SECRETARIAS DE ESTADO**

Secretaria de Estado da Administração

Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca

Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação

Secretaria de Estado da Casa Civil

Secretaria de Estado de Comunicação

Secretaria de Estado da Defesa Civil

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável

Secretaria de Estado da Educação

Secretaria de Estado da Fazenda

Secretaria de Estado da Infraestrutura

Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania

Secretaria de Estado do Planejamento

Secretaria de Estado da Saúde

Secretaria de Estado da Segurança Pública

Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte

Secretaria Executiva de Articulação Estadual

Secretaria Executiva de Articulação Nacional

Secretaria Executiva de Assuntos Estratégicos

Secretaria Executiva de Assuntos Internacionais  
Secretaria Executiva de Políticas Sociais de Combate à Fome  
Secretaria Executiva do Programa SC Rural  
Secretaria Executiva de Supervisão de Recursos Desvinculados  
Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional

Em 2003, o Governo do Estado de Santa Catarina aprovou a LC nº 243/2003, que estabelece a nova estrutura administrativa do poder executivo. Em sua Seção V que trata da descentralização e da desconcentração, art. 9º estabelece que “a execução das atividades da administração estadual será descentralizada e desconcentrada e se dará preponderantemente pelas Secretarias de Estado do Desenvolvimento Regional e por outros órgãos de atuação regional”.

Inicialmente elas somavam 29. Em 2005 foi criada a de Dionísio Cerqueira, e em 2007 as de Itapiranga, Quilombo, Seara, Braço do Norte, Timbó e Taió, somando atualmente 36 Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional, a figura 2 mostra a localização de todas as regionais (TCE, 2009).



**Figura 2: Localização das 36 Secretarias de Desenvolvimento Regional**  
Fonte: ADJORI (2011).

Criadas com o *slogan* de descentralização, tais Secretarias nada mais são do que a desconcentração do serviço público. O governo apenas distribuiu competências, dentro de sua própria estrutura com a finalidade de se aproximar do cidadão. Todas elas possuem em sua estrutura os seguintes cargos: um Secretário de Estado, um diretor geral, um assessor de comunicação, um consultor jurídico, um gerente de administração, finanças e contabilidade e



dependendo do nível estrutural, possuem outros gerentes, além desses cargos, cada SDR possui um Conselho de Desenvolvimento Regional (CDR), formado pelos prefeitos municipais, Presidentes de Câmara dos Vereadores e duas entidades com representatividade no município, que são responsáveis pela participação na distribuição dos investimentos.

## 2.3 ORÇAMENTO PÚBLICO

A administração pública faz uso de importantes ferramentas para planejar as ações e os planos do Poder Executivo: o plano plurianual (PPA), a lei de diretrizes orçamentárias (LDO) e o orçamento público. Por meio deles, ficam evidenciadas as prioridades, as atividades e os programas de governo.

O orçamento possui a função essencial na gestão pública, pois possui o objetivo de estimar as receitas e fixar despesas (ANDRADE, 2002). É a partir dele que se determina e formaliza legalmente a aplicação dos recursos disponíveis nas entidades do setor público, e tal Lei deverá ser elaborada pelo Poder Executivo e encaminhada ao Poder Legislativo a critério de aprovação.

De acordo com Angélico (1994, p. 19) “o orçamento público é um planejamento de aplicação dos recursos esperados, em programas de custeios, investimentos, inversões e transferências durante um período financeiro”.

Para Matias-Pereira (2006 *apud* CRUZ, 2008, p. 2):

o orçamento é um instrumento de identificação e avaliação do gasto público, o qual expressa as necessidades concretas de uma coletividade; é também uma lei especial que recebeu tratamento diferenciado na atual Constituição no Brasil e que tem por objetivo estimar as receitas e autorizar as despesas, pautando-se em concepções políticas pré-definidas.

Ainda pontua o autor, que a Constituição que rege o Brasil, com base no critério político, confere ao orçamento as funções fundamentais de reduzir as desigualdades sociais, por meio da determinação de ações e programas voltados para tal finalidade. Desse modo, assegura-se ao orçamento, o instrumento de intervenção do Estado no domínio econômico, orientado para a realização do bem comum da sociedade, sua principal função é o planejamento dos recursos públicos, limitando as despesas orçamentárias, estimando as receitas, além de atuar como um controle político praticado pela população, por meio de seus representantes políticos, a fim de exercer o controle social.

O orçamento é separado em duas partes: receitas e despesas. Ao tratar da despesa pública, tem-se a fixação inicial e posteriormente, possíveis inclusões ao longo do exercício em virtude de créditos adicionais, que são aquelas despesas não incluídas ou insuficientes do orçamento. Apresenta um caráter impositivo, e assim inibe e proíbe o Poder Executivo de contratar despesas além dos créditos concedidos.

No que diz respeito à receita pública, cabe salientar que o Legislativo não tem a pretensão de limitar a arrecadação do ente público, o objetivo é fixar as despesas no montante da arrecadação das receitas, a fim de manter um equilíbrio orçamentário (SILVA, 2004).

Para que o orçamento seja uma peça eficaz na administração pública; contribua para a melhoria das ações praticadas pelo ente estatal; permita à sociedade através de um órgão de representação popular exercer sua ação fiscalizadora refletindo os anseios populares; e ainda vise o desenvolvimento econômico e social, faz-se necessário a observância de determinados princípios.

Conforme afirma CRUZ (1988):

São conhecidos inúmeros princípios orçamentários sendo comum a citação dos seguintes: universalidade, unidade orçamentária, unidade de tesouraria, sinceridade, publicidade, procedência da despesa sobre a receita, periodicidade, orçamento bruto, não afetação das receitas, natureza contábil, exclusividade, equilíbrio, exatidão, especificação, clareza, autorização prévia e anualidade.

É de suma importância destacar que a finalidade da aplicação desses princípios é garantir o cumprimento dos fins que se propõe o orçamento. Dentre todos os princípios orçamentários, a Lei nº 4.320/1964 exige a obrigatoriedade de três, são eles: princípio de unidade, universalidade e anualidade. No entanto, procurou-se abordar, de forma sucinta, os pontos fundamentais dos princípios orçamentários.

**UNIDADE:** determina que todas as receitas e todas as despesas devem estar contidas num único documento, sendo este a Lei orçamentária. Este princípio relaciona-se com a movimentação financeira do Tesouro, no qual os recursos devem transitar por um caixa único a fim de o ente público ter o controle das disponibilidades e evidenciar o déficit ou superávit ao final do exercício. Entretanto, como exceção a esse princípio tem-se os fundos especiais, que por força do artigo 71 da Lei nº 4.320/1964: “constitui fundo especial o produto de receitas especificadas que, por Lei, se vinculam à realização de determinados objetivos ou serviços, facultada a adoção de normas peculiares de aplicação.”

**UNIVERSALIDADE:** refere-se ao aspecto financeiro do orçamento, uma vez que deverá conter todas as receitas e os gastos necessários para o custeamento dos serviços públicos, e estabelece que as receitas e despesas devem apresentar-se por seus totais, vedadas quaisquer deduções (SILVA, 2004). Este princípio ainda é considerado de grande relevância para o controle do legislativo sobre as finanças públicas, pois permite conhecer todas as receitas e despesas e conceder autorização prévia para a arrecadação de receita e realização de despesa, assim como impedir o Executivo de realizar qualquer operação de receita e despesa sem prévia autorização.

**ANUALIDADE:** também denominado princípio da periodicidade, estabelece que o orçamento deve ser elaborado e autorizado para um período determinado. (GIACOMONI, 2005). De acordo com o art. 34 da Lei 4.320/1964, utiliza-se para o ciclo orçamentário o período de um ano, coincidindo com o ano civil.

**EXCLUSIVIDADE:** de acordo com esse princípio, o orçamento deve tratar apenas dos objetos que lhe sejam pertinentes, excluindo qualquer matéria estranha à estimativa da receita e à fixação da despesa (JUND, 2006).

**EQUILÍBRIO:** dispõe sobre o aspecto financeiro, estabelece que o montante da despesa autorizada em cada exercício financeiro não poderá ser superior ao total de receitas estimadas para o mesmo período. Todavia, conforme a Constituição Federal de 1988 regulamenta em seu artigo 167, III, “é vedada a realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta.”

**ESPECIFICAÇÃO:** também conhecido como princípio da discriminação, define que as receitas e as despesas devem ser discriminadas na Lei orçamentária, de modo que seja identificada a fonte dos recursos e a sua aplicação pormenorizadamente. De acordo com JUND (2006, p.75), “a especialização ou “carimbo” dos recursos públicos deverá identificar uma classificação da dotação orçamentária com grau de discriminação tal, que identifique a sua destinação, visando à consecução dos seus fins”. Sendo assim, essa norma favorece a ação fiscalizadora parlamentar.

**PUBLICIDADE:** por ser uma Lei, o orçamento é publicado em diário oficial. No entanto, a publicidade ideal abrange questões relacionadas à clareza. Segundo (GIACOMONI, 2005) essas informações deveriam ser amplamente difundidas, por meio de resumos

comentados da proposta orçamentária, de forma a facilitar o entendimento e possibilitarem a população conhecer os objetivos da administração pública.

**NÃO-AFETAÇÃO DAS RECEITAS:** trata do recolhimento de todos os recursos a um caixa único do Tesouro, sem discriminar sua destinação. De acordo com (SILVA, 2004) a constituição no artigo 167, IV, só consagrou esse princípio para as receitas provenientes de impostos, vedando sua vinculação a determinado órgão, fundo ou despesa, com ressalva para:

- a) repartição do produto da arrecadação dos seguintes impostos:
  - Imposto de Renda incidente na fonte sobre rendimentos;
  - Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural;
  - Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores;
  - Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços;
  - Imposto de Renda;
  - Imposto sobre Produtos Industrializados.
- b) destinação de recursos para a manutenção e desenvolvimento do ensino;
- c) prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita;
- d) destinação de recursos para aplicação na área da saúde.

**CLAREZA:** preconiza que a publicidade não é imperativo suficiente para a lei orçamentária, cuja característica indispensável é a clareza, este princípio deverá transmitir a informação de forma ordenada e completa, a ponto de ser compreendido por qualquer indivíduo. Sendo assim, tal princípio visa a compreensão e entendimento do orçamento não só pelos especialistas, mas por toda a sociedade (JUND, 2006)

**EXATIDÃO:** envolve questões técnicas e éticas. Esse princípio estabelece que deve existir atenção ao tratar-se da realidade e da disposição do setor público de interferir na proposta orçamentária de forma positiva por meio do orçamento (GIACOMONI, 2005).

**PROGRAMAÇÃO:** estabelece que o orçamento deve ter os assuntos a ele pertinentes e a forma de programação, ou seja, é expresso por meio dos programas de cada ente público os objetivos e as metas que se almejam alcançar, visando concretizar os objetivos definidos, sendo mensurados por indicadores disponíveis no PPA (JUND, 2006)

**UNIFORMIDADE:** também denominado consistência, esse princípio tem a finalidade de preservar a estrutura do orçamento em exercícios diferentes, para que os dados orçamentários possuam características semelhantes mesmo em exercícios distintos, com o intuito de cotejá-los ao longo do tempo (JUND, 2006).

**PRECEDÊNCIA:** esse princípio procede da obrigação parlamentar em conceder autorização prévia às despesas, sendo que estão contidas na Lei orçamentária, e conseqüentemente virão a ser aprovadas pelo Poder Legislativo, a fim de dar continuidade aos serviços públicos.

No âmbito nacional, uma das leis que rege a contabilidade pública a Lei nº 4.320/1964, que segundo Platt Neto e Barcelos Júnior (2006, p. 02 *apud* SENA e ROGERS, 2007, p. 2) “é a lei disciplinadora do direito financeiro no setor público brasileiro”. Para os autores, “ela é a carta magna da legislação financeira do país”.

Assim a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, define normas gerais do direito financeiro para a elaboração e controle dos orçamentos dos três níveis de governo. Disciplina que o processo de elaboração do orçamento deve utilizar-se de instrumentos de planejamento. Para tanto, a Lei norteadora, no Título I – “da lei do orçamento; II – da proposta orçamentária; e III – da elaboração da lei de orçamento”, faz alusão ao texto constitucional (Seção II, art. 165, Dos Orçamentos):

Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

I – o plano plurianual;

II – as diretrizes orçamentárias;

III – os orçamentos anuais.

O Plano Plurianual (PPA) é o planejamento em médio prazo, e deve ser o primeiro instrumento a ser elaborado. Estabelece as diretrizes, objetivos e metas de governo para um período de quatro anos, com abrangência ao primeiro exercício financeiro do mandato seguinte, tendo por fim dar continuidade aos planos e programas estabelecidos no governo (CRUZ et al., 2009). É por meio do plano plurianual que se procura ordenar e priorizar as ações de governo, a fim de atingir os objetivos fixados no período de quatro anos, nas esferas de governo federal, estadual e municipal.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é o elo de ligação do planejamento de médio prazo e o de curto prazo. Envolve as metas e prioridades da administração pública, contendo as despesas de capital para o exercício subsequente e orientando sobre as alterações que tratam da legislação tributária (GIACOMONI, 2005).

Sendo assim, a LDO é o instrumento de planejamento cuja finalidade é nortear a elaboração dos orçamentos anuais. Ainda para o mesmo autor, a Lei Orçamentária Anual trata da matéria orçamentária e compreende todas as receitas e todas as despesas do Estado.

No sentido de viabilizar a efetiva realização das ações planejadas no PPA, e de acordo com a LDO, elabora-se o orçamento anual, com o intuito de programar as atividades a serem

executadas, visando atingir os objetivos definidos pelo plano de governo. Conforme disposto na Constituição Federal de 1988, no § 5º do artigo 165, a Lei Orçamentária Anual (LOA) é dividida em três partes:

- I – o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;
- II – o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;
- III - o orçamento da seguridade social abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo poder público.

O orçamento fiscal por sua abrangência aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, constitui-se no principal dos três orçamentos. Já o orçamento de investimento compreende os investimentos realizados pelas empresas em que o Poder Público, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

E por fim, o orçamento da seguridade social abrange as entidades e órgãos a ela vinculados – *saúde, previdência social e assistência social* – da administração direta e indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo poder público. Este orçamento representa novidade pelo destaque concedido às três funções, a ponto de separá-las das demais e juntá-las em peça orçamentária própria (GIACOMONI, 2005).

## 2.6 RECEITA PÚBLICA

De acordo com Silva (2004, p.102), “as receitas públicas correspondem ao ingresso que, integrando-se ao patrimônio público sem quaisquer reservas, condições ou correspondências no passivo, vem acrescentar seu vulto como elemento novo e positivo”. A previsão mostra a expectativa da receita por parte da Fazenda Pública e planeja o que se pretende arrecadar no exercício financeiro, objetivando custear as despesas públicas do período.

Baleeiro (2002, p. 126) conceitua a receita pública como “a entrada que, sem reservas ou condições, integra o patrimônio público como elemento novo e positivo, aumentando seu montante”.

O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 4ª edição, Parte I - Procedimentos Contábeis Orçamentários (PCO), de 20 de junho de 2011, define receita, pelo

enfoque orçamentário, como sendo todos os ingressos disponíveis para cobertura das despesas públicas, em qualquer esfera governamental.

A receita pública classifica-se em dois grupos: extraorçamentária e orçamentária. A receita extraorçamentária é aquela que não compõe o orçamento público, e a sua arrecadação não depende de autorização legislativa. Caracteriza-se pela entrada de recursos os quais não pertencem ao ente público, sendo ele fiel depositário, tendo como exemplo: cauções em dinheiro, fianças, consignações em folha de pagamento a favor de terceiros, retenções na fonte, salários não reclamados, operações de crédito a curto prazo, e outros valores arrecadados que apenas transitam pelo passivo.

De acordo com Silva (2004, p. 105), “a receita extra-orçamentária é um simples ingresso financeiro de caráter temporário, pois pertence a terceiros, e compreende uma entrada de dinheiro que corresponde a créditos de terceiros da qual o Estado é um simples depositário.”

Assim, Kohama (2008, p. 69) define receita extraorçamentária:

[...] compreende os recolhimentos feitos que constituirão compromissos exigíveis, cujo pagamento independe de autorização orçamentária e, portanto, independe de autorização legislativa. Por conseguinte, o Estado é obrigado a arrecadar valores que, em princípio, não lhe pertencem. O Estado figura apenas como depositário dos valores que ingressam a esse título [...]

A receita orçamentária corresponde ao ingresso estimado no orçamento e, por conseguinte constitui a Lei Orçamentária Anual (LOA). Segundo Silva (2004, p. 103) “a receita orçamentária corresponde à arrecadação de recursos financeiros autorizados pela Lei Orçamentária e que serão aplicados na realização dos gastos públicos.”

Sendo assim, essas receitas são tributos, rendas, transferências, alienações, retorno de empréstimos e operações de crédito, cuja arrecadação depende de autorização do Poder Legislativo a serem realizadas pela execução do orçamento.

Conforme dispositivo legal do artigo 11 da Lei nº 4.320/1964 as receitas orçamentárias são classificadas nas seguintes categorias econômicas: Receitas Correntes e Receitas de Capital. Compreende estas, as que contemplam as receitas de natureza eventual. E aquelas, as receitas de natureza contínua que se originam do poder tributante do Estado.

Ainda de acordo com a Lei nº 4.320/1964, as receitas correntes são:

[...] as receitas tributária, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes.

As receitas de capital são conhecidas como secundárias ou receitas por mutação patrimonial. Estas são originárias da realização de recursos financeiros provenientes de constituição de dívidas, de conversão em espécie, de bens e direitos, além dos recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender as despesas classificáveis em despesas de capital.

Apresenta-se o Quadro 1 com a classificação das receitas, de acordo com a Lei nº 4.320/1964, nos seguintes níveis de origem:

<b>RECEITA CORRENTE</b>	<b>RECEITA DE CAPITAL</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA Impostos Taxas Contribuição de melhoria RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES Contribuições Sociais Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais ou Econômicas RECEITA PATRIMONIAL RECEITA AGROPECUÁRIA RECEITA INDUSTRIAL RECEITA DE SERVIÇOS TRANSFERÊNCIA CORRENTE OUTRAS RECEITAS CORRENTES	OPERAÇÕES DE CRÉDITO ALIENAÇÃO DE BENS AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL

**Quadro 1: Classificação das receitas**

Fonte: Adaptado da Lei nº 4.320/1964.

Quanto à afetação do patrimônio, a receita orçamentária pode ou não gerar variação na situação patrimonial líquida. Dessa forma, a receita pode ser efetiva, que são os impostos por exemplo, que alteram a situação líquida patrimonial ou não-efetiva, aquelas não provenientes de arrecadação, consequentemente, não alteram a situação líquida patrimonial.

A receita pública passa por algumas etapas antes da efetiva entrada aos cofres do públicos, consistindo em uma seqüência operacional, e por fim implicando no seu recebimento. Sendo assim, a receita passa pelos seguintes estágios:

**PREVISÃO:** se iniciando no planejamento do orçamento, no qual se defini as estimativas das receitas, encerrando-se com o lançamento fiscal. Conforme JUND (2006, p.155), “Por meio dessa estimativa, o Governo planeja e define os gastos que irão compor a Lei Orçamentária Anual, no que diz respeito à fixação das despesas”.

**LANÇAMENTO:** na visão de Angélico (1994, p. 49) “é a individualização e o relacionamento dos contribuintes, discriminando a espécie, o valor e o vencimento do imposto



de cada um”, ou seja, é o ato de identificar individualmente o contribuinte, a quantia e a natureza da dívida.

**ARRECADAÇÃO:** consiste no pagamento, é o momento que o contribuinte afetivamente paga os tributos com o intuito de extinguir as obrigações perante o Estado (JUND, 2006).

**RECOLHIMENTO:** é a entrega do produto de arrecadação, por parte dos agentes arrecadadores ao Tesouro Público (JUND, 2006).

## 2.7 DESPESA PÚBLICA

Num sentido amplo, a despesa pode ser entendida como a saída de dinheiro para atender a compra de determinado produto ou para permitir que a pessoa usufrua a determinados serviços prestados.

A despesa pública, de acordo com Lima e Castro (2007, p. 59), pode ser definida “como o conjunto de dispêndios da entidade governamental para o funcionamento dos serviços públicos”. Kohama (2008) explica que a despesa pública compreende os gastos previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA) ou em leis especiais, designados ao atendimento dos serviços públicos e do aumento do patrimônio. Percebe-se que a despesa corresponde aos gastos autorizados – por meio do orçamento – destinados a atender aos programas e ações governamentais.

Tal como as receitas, as despesas são classificadas em: orçamentária e extraorçamentária. A despesa orçamentária refere-se aos dispêndios fixados no orçamento, que por fazer parte da LOA depende da autorização legislativa para a sua realização. Além disso, quando não compreendidos no orçamento, pode provir de créditos adicionais.

Silva (2004, p. 133) afirma:

a despesa orçamentária é a aplicação de recursos públicos na realização dos gastos necessários à manutenção e expansão dos serviços públicos. Trata-se de despesas que integram o orçamento, ou seja, derivam da lei orçamentária ou dos créditos adicionais.

Para Kohama (2008) a despesa extra-orçamentária consiste em saídas do passivo financeiro com o intuito de contrabalancear as entradas do ativo financeiro, caracterizando a devolução de receitas extraorçamentárias. Logo, a despesa extraorçamentária não compõe o

orçamento público, e a sua realização não depende de autorização legislativa. São os valores devolvidos, decorrentes da arrecadação dos ingressos financeiros recebidos por terceiros, ou seja, da receita extraorçamentária. Toda receita extraorçamentária irá gerar uma despesa extraorçamentária.

### 2.7.1 Classificação funcional-programática

Com o intuito de fornecer informações mais amplas a respeito das ações e programas governamentais, e evidenciar o desenvolvimento das atividades planejadas pelo ente governamental, as despesas orçamentárias classificam-se de acordo com as funções do governo, visando ligar os programas a serem desenvolvidos.

A Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão orienta a discriminação das despesas orçamentárias por funções, denominada de classificação funcional programática, com a finalidade de uniformizar as terminologias utilizadas por todos os níveis de governo. Sendo assim, as despesas são subdivididas em função, programa, subprograma, projeto e atividade.

De acordo com o MCASP (2011, p. 55), “a classificação funcional é representada por cinco dígitos. Os dois primeiros referem-se à função, enquanto que os três últimos dígitos representam a subfunção”.

O Quadro 2 destaca as despesas por funções conforme o Anexo da Portaria 42/99:

DESPESAS POR FUNÇÕES		
01 – Legislativa	11 – Trabalho	21 – Organização Agrária
02 – Judiciária	12 – Educação	22 – Indústria
03 – Essencial à Justiça	13 – Cultura	23 – Comércio e Serviços
04 – Administração	14 – Direitos da Cidadania	24 – Comunicações
05 – Defesa Nacional	15 – Urbanismo	25 – Energia
06 – Segurança Pública	16 – Habitação	26 – Transporte
07 – Relações Exteriores	17 – Saneamento	27 – Desporto e Lazer
08 – Assistência Social	18 – Gestão Ambiental	28 – Encargos Especiais
09 – Previdência Social	19 – Ciência e Tecnologia	
10 – Saúde	20 – Agricultura	

**Quadro 2: Despesas por funções**  
Fonte: Adaptado da Portaria nº 42/1999.

## 2.7.2 Natureza da despesa orçamentária

A Lei nº 4.320/1964, art. 12, estabelece que as despesas orçamentárias são classificadas de acordo com as categorias econômicas, que são: Despesas Correntes e Despesas de Capital.

De acordo com Lima e Castro (2007, p. 60), as despesas correntes “representam as despesas que não contribuem diretamente para a formação ou aquisição de um bem de capital, respondendo pela manutenção das atividades de cada entidade governamental”. As Despesas Correntes são gastos de caráter operacional, executados pela administração pública e visam à manutenção e ao funcionamento da máquina pública.

Como Despesas de Capital, Silva (2004) assim define: “são as que constituem desembolso ou aplicação que resulte mutação compensatória nos elementos do patrimônio”. Estas contribuem diretamente para a formação ou aquisição de um bem de capital.

Conforme a Portaria Interministerial nº 163, de 4 de maio de 2001, do Ministério da Fazenda e do Planejamento, art. 5º, a estrutura da natureza da despesa em todos os níveis de governo é: *c.g.mm.ee.dd*, sendo:

- a) “c” representa a categoria econômica;
- b) “g” o grupo de natureza da despesa;
- c) “mm” a modalidade de aplicação;
- d) “ee” o elemento de despesa;
- e) “dd” o desdobramento do elemento de despesa – facultativo.

Entretanto, o MCASP (2011), faz alterações quanto a essa classificação dos grupos de natureza de despesa. A partir do Quadro 3, apresentam-se os grupos de natureza de despesa com base na atualização do MCASP.

CATEGORIAS ECONÔMICAS	GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESA
3 DESPESAS CORRENTES	1 Pessoal e Encargos Sociais 2 Juros e Encargos da Dívida 3 Outras Despesas Correntes
4 DESPESAS DE CAPITAL	4 Investimentos 5 Inversões Financeiras 6 Amortização da Dívida

**Quadro 3: Categorias econômicas e grupo de natureza de despesa**

Fonte: Adaptado MCASP (2011).

A modalidade de aplicação diz respeito à forma que os gastos serão realizados, indica se os recursos são aplicados diretamente pelas unidades detentoras do crédito orçamentário ou se corresponderão à transferência de recursos a outro ente da Federação e suas respectivas entidades, públicas ou privadas, dentro do país ou no exterior.

O anexo A mostra os códigos das modalidades de aplicação, constantes no MCASP (2011, p. 62-63).

A Portaria Interministerial nº 163/2001, no § 3º, do seu artigo 3º, cita que:

O elemento de despesa tem por finalidade identificar os objetos de gasto, tais como vencimentos e vantagens fixas, juros, diárias, material de consumo, serviços de terceiros prestados sob qualquer forma, subvenções sociais, obras e instalações, equipamentos e material permanente, auxílios, amortização e outros de que a administração pública se serve para a consecução de seus fins.

No anexo B encontra-se os códigos dos elementos de despesas, constantes no MCASP (2011, p. 66-68).

Quanto à afetação do patrimônio, a despesa orçamentária pode ou não gerar variação na situação patrimonial líquida. Assim como a receita, a despesa orçamentária pode ser efetiva ou não-efetiva (mutação patrimonial).

O MCASP (2011, p. 53) conceitua a despesa efetiva como “aquela que, no momento de sua realização, reduz a situação líquida patrimonial da entidade. Constitui fato contábil modificativo diminutivo.” Sendo assim, despesa efetiva são as despesas orçamentárias que ocorrem independente do aumento do ativo permanente ou da diminuição do passivo permanente e caracterizam-se por serem diminutivas da situação patrimonial. Além disso, refere-se a insumos de consumo imediato com duração inferior a dois anos, desde que irrelevante na materialidade ou no valor.

Já a despesa não-efetiva ainda conforme o MCASP (2011, p. 53) é “aquela que no momento de sua realização, não reduz a situação líquida patrimonial da entidade e constitui fato contábil permutativo”. Dessa forma, entende-se que a despesa não-efetiva é a despesa orçamentária decorrente de um gasto produzindo o ingresso de um bem no ativo permanente ou a redução de uma obrigação no passivo permanente. Neste caso, observa-se a durabilidade, a materialidade, o valor e a propensão para produzir ou apoiar a produção. Trata-se de fato permutativo, portanto, não contribui para a redução efetiva do patrimônio.

### **2.7.3 Estágios da despesa**

Os estágios da despesa possuem importante função da administração pública, devendo ser adotados para assegurar a qualidade das operações, em termos de eficiência e eficácia, além de também resguardar a administração de possíveis erros, fraudes ou desvios.

De acordo com a Lei nº 4.320/1964, três estágios são obrigatórios: empenho, liquidação e pagamento. Porém, para que a despesa orçamentária seja realizada, é necessário que ela percorra pela fase de planejamento até a sua execução. Dessa forma, a fixação é o primeiro estágio da despesa. A fixação ocorre no momento da previsão dos valores, em que, por meio da LOA, deve discriminar e especificar os créditos orçamentários.

O segundo estágio da despesa é o empenho. Para a administração, o empenho é um instrumento de controle do crédito orçamentário, pois vincula dotação para cumprir determinada obrigação. Nesse sentido, percebe-se que o empenho deverá ser prévio e antecede a realização da despesa, uma vez que o limite do crédito orçamentário deve ser obedecido.

O terceiro estágio da despesa é a liquidação. De acordo com o art. 63 da Lei nº 4.320/1964, “a liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito”. O objetivo dessa verificação é apurar o recebimento do objeto do empenho, a importância exata a pagar, o credor a ser pago e se os documentos que comprovam a despesa dão suporte ao registro contábil.

O quarto estágio é o pagamento, o qual só poderá ser efetivado se a despesa já tiver sido liquidada. Nesse estágio, a Fazenda Pública paga ao credor a quantia devida, deixando de existir a obrigação. Deve ser feito por ordem de pagamento cuja elaboração será exclusivamente nos órgãos de Contabilidade, ou, ainda, com cheques nominativos ou crédito em conta.

### **3. METODOLOGIA DA PESQUISA**

Nesta seção, busca-se apresentar a metodologia da pesquisa, abordando-se: (i) o enquadramento metodológico, (ii) técnica de coleta de dados; e (iii) população e amostra.

#### **3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO**

Este trabalho apresenta-se na forma de monografia, que para Lakatos e Marconi (1989, p. 150) representa “o primeiro passo da atividade científica do pesquisador”. Logo, tal trabalho caracteriza-se por ser uma pesquisa, que Gil (2002, p.17) define “como o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos”.

#### **3.2 TÉCNICA DE COLETA DE DADOS**

A metodologia da pesquisa caracteriza-se, com relação à natureza, como descritiva (GIL, 1999), pois trata dos elementos estudados, no qual são registrados e descritos os dados e estudo de caso, e tem-se um estudo aprofundado na SDR-Grande Florianópolis.

Quanto à abordagem do tema pode-se considerar uma pesquisa quantitativa, por ser uma abordagem muito utilizada em estudos descritivos, pois procuram descobrir e classificar a relação entre variáveis.

O instrumento de pesquisa utilizado foi a pesquisa bibliográfica e análise documental. A respeito da pesquisa bibliográfica, Beuren e Raupp (2004, p.87) que:

O estudante, na elaboração do trabalho monográfico, sempre se valerá desse tipo de pesquisa, notadamente por ter que reservar um capítulo do trabalho para reunir a teoria condizente com seu estudo, normalmente chamado de revisão de literatura ou fundamentação teórica.

Quanto a análise documental, de acordo com Beuren e Raupp (2004, p.89), “baseia-se em materiais que ainda não receberam um tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa”, então por ser tratar de dados coletados diretamente na SDR-Grande Florianópolis, ou seja, que ainda não receberam nenhum tratamento, tal procedimento se enquadra neste trabalho.

No que diz respeito à coleta de dados, fez-se o uso de dados primários, obtendo documentos diretamente na SDR-Grande Florianópolis, com autorização da contadora do órgão (anexo C), e de dados secundários, como as publicações no sítio eletrônico da Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina.

### 3.3 POPULAÇÃO E AMOSTRA

A população da pesquisa são os gastos do Governo do Estado de Santa Catarina, em especial as 36 (trinta e seis) Secretarias de Desenvolvimento Regional.

A amostra é constituída pelos gastos efetuados pela Secretaria de Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis, entre os anos de 2006 e 2010, por categoria econômica, grupo de natureza, função e sub-função.

## 4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Esta seção aborda alguns pontos sobre a SDR-Grande Florianópolis as análises dos demonstrativos pertinentes ao tema escolhido.

### 4.1 APRESENTAÇÃO DA SDR-GRANDE FLORIANÓPOLIS

Dentre as 36 SDR's, está a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis, que junto com a de Joinville, é considerada uma das mais representativas no que diz respeito ao orçamento.

De acordo com o seu Regimento Interno (Decreto nº 2.640, de 22 de setembro de 2009), tem sede administrativa no município de São José e abrange os municípios de Águas Mornas, Angelina, Anitápolis, Antônio Carlos, Biguaçu, Florianópolis, Governador Celso Ramos, Palhoça, Rancho Queimado, Santo Amaro da Imperatriz, São Bonifácio, São Pedro de Alcântara e São José.



**Figura 3: Municípios de abrangência da SDR – Grande Florianópolis**  
Fonte: SDR (2011)

Esses 13 municípios formam a Grande Florianópolis, que segundo o último censo de 2010, a população desses municípios somam o total de 891.336 habitantes, numa área de aproximadamente 4.539 km². O quadro 6 mostra a distribuição da população.



MUNICÍPIO	POPULAÇÃO EM 2010	ÁREA (km²)
AGUAS MORNAS	5.548	326,524
ANGELINA	5.250	499,949
ANITÁPOLIS	3.214	542,381
ANTÔNIO CARLOS	7.458	229,119
BIGUAÇU	58.206	374,45
FLORIANOPOLIS	421.240	671,578
GOVERNADOR CELSO RAMOS	12.999	116,668
PALHOÇA	137.334	395
RANCHO QUEIMADO	2.748	286,433
SANTO AMARO DA IMPERATRIZ	19.823	344,968
SÃO BONIFÁCIO	3.008	461,302
SÃO JOSÉ	209.804	151,137
SÃO PEDRO DE ALCANTARA	4.704	139,636
<b>TOTAL</b>	<b>891.336</b>	<b>4.539</b>

**Quadro 4: População e área da Grande Florianópolis**  
Fonte: IBGE (2010).

Pelo quadro 4, percebe-se uma concentração nos 4 municípios próximos à capital (Biguaçu, Florianópolis, Palhoça, São José), que juntos somam 92,7% de toda a população da Grande Florianópolis.

Conforme a LC 381/07, anexo VIII-A, a SDR-Grande Florianópolis possui os seguintes órgãos seguido dos cargos:

**Gabinete do Secretário:** consultor jurídico, assessor de comunicação, assistente do secretário, assistente técnico;

**Diretoria Geral:** diretor geral, gerente de administração, finanças e contabilidade, gerente de recursos humanos, gerente de planejamento e avaliação, gerente de apoio operacional, gerente de convênios, contratos e licitações, gerente de tecnologia da informação;

**Gerências de ações finalísticas:** gerente de saúde, gerente de educação, gerente de infraestrutura, gerente de turismo, cultura e esporte, gerente de desenvolvimento econômico sustentável e agricultura, gerente de assistência social, trabalho e habitação, gerente de projetos especiais.

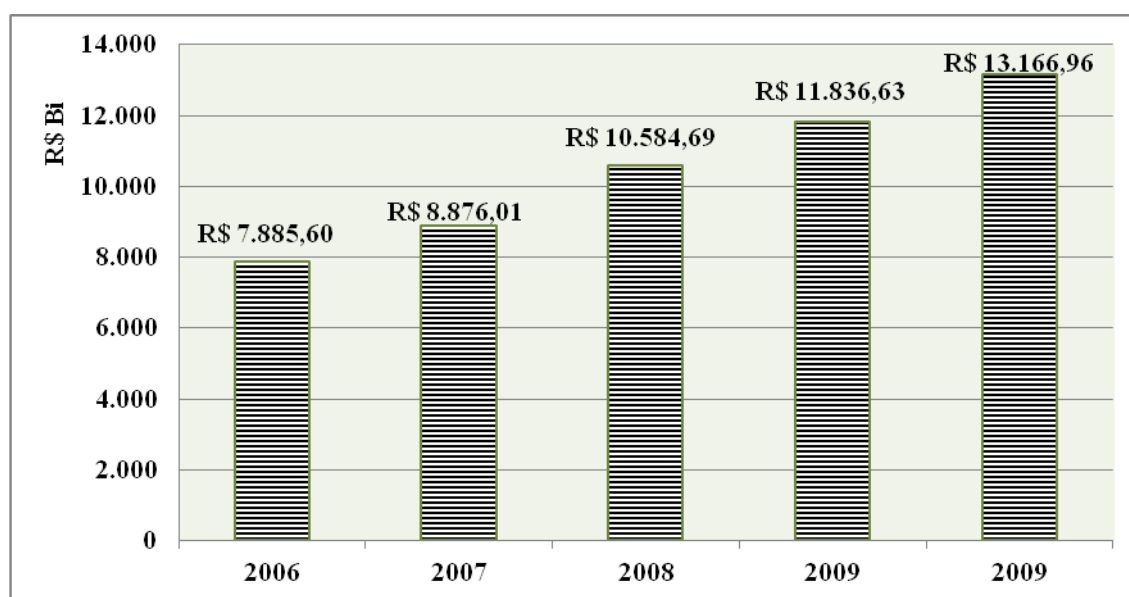
Considerando a distribuição dos cargos da SDR-Grande Florianópolis, percebe-se que esta secretaria oferece diretamente a população 12 das 28 funções de governo (ações finalísticas).

## 4.2 OBTENÇÃO E TABULAÇÃO DOS DADOS

Para o desenvolvimento do trabalho, buscou-se junto à SDR-Grande Florianópolis os demonstrativos contábeis exigidos pela Lei 4.320/1964, referentes aos anos de 2006 a 2010, período em que as SDR's foram incentivadas pelos gestores à época, e os demonstrativos consolidados do Estado junto ao site da Secretaria Estadual da Fazenda.

### 4.2.1 Análise dos gastos públicos sob o enfoque da classificação institucional

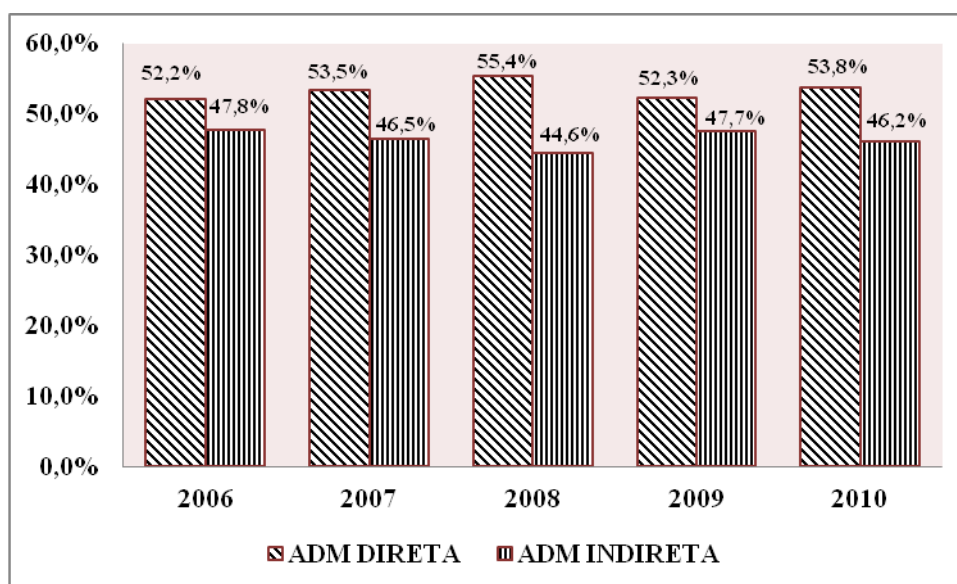
Considerando os gastos públicos extraídos do Balanço Geral do Estado no período de 2006 a 2010, verifica-se que houve um crescimento da despesa total equivalente a 67%. Os anos de 2008 a 2010 foram os que mais contribuíram para o aumento deste índice. No gráfico a seguir pode-se visualizar esses números.



**Gráfico 1: Total gastos públicos Governo Estado de Santa Catarina**

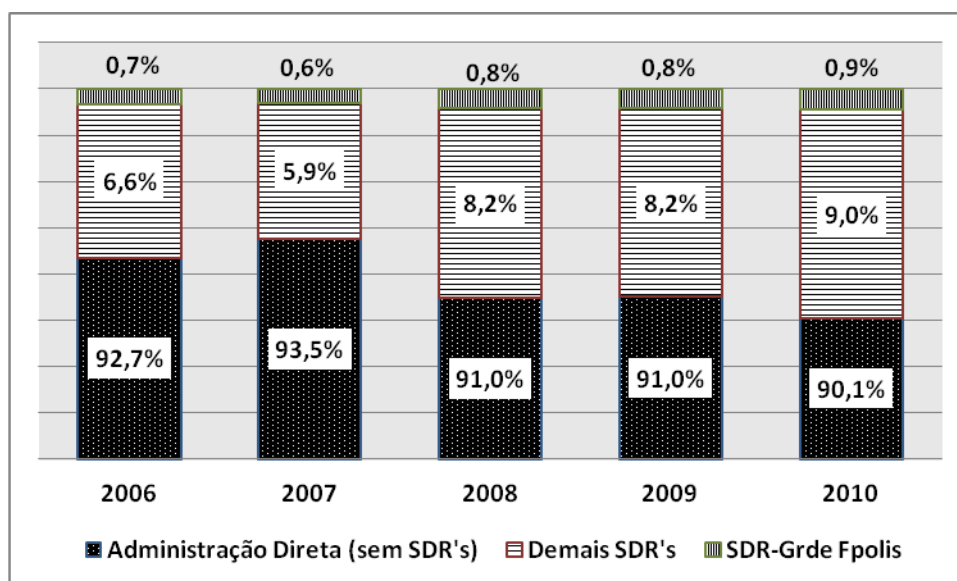
Fonte: Elaborado com base no balanço geral do Estado.

Exceção ao ano de 2006 e 2009 – que teve uma distribuição equitativa entre a administração direta e indireta – nos demais anos a administração direta teve um crescimento superior ao da indireta, demonstrando que o Governo optou por centralizar a maior parte de suas ações, conforme descrito na seção 2.1.1 e 2.1.2. No gráfico 2 pode-se visualizar essa distribuição.



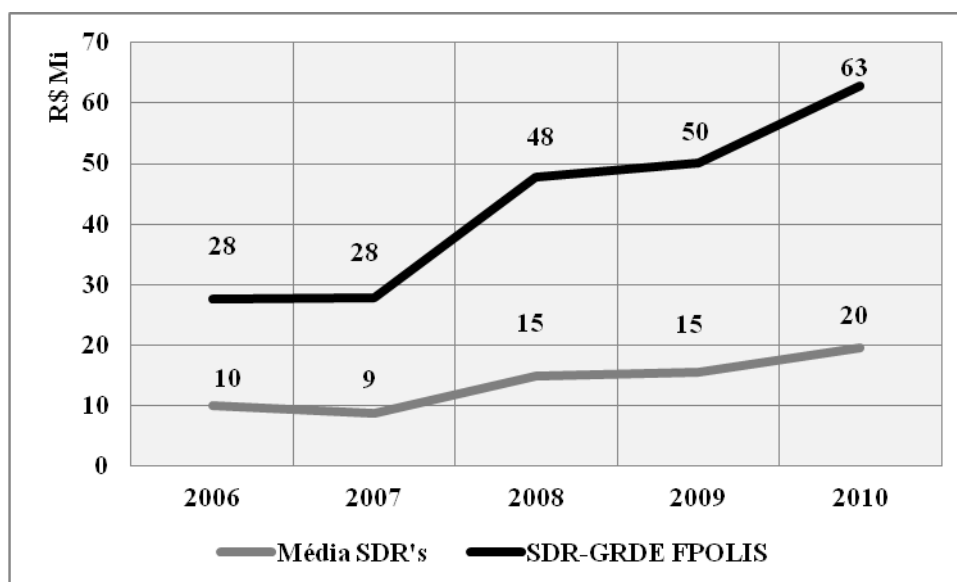
**Gráfico 2: Distribuição dos gastos entre administração direta e indireta**  
 Fonte: Elaborado com base no balanço geral do Estado.

No âmbito da estrutura da administração direta, a SDR-Grande Florianópolis, num primeiro momento, não demonstra ser tão relevante, contudo se levar em conta a média das 36 SDR's, seus gastos são superiores a estas. O Gráfico 3 evidencia a distribuição dos gastos da administração direta destacando as SDR's. no decorrer do período analisado, verifica-se um incentivo maior a estes órgão a partir de 2008, além disso, tal gráfico demonstra a grande importância da SDR-Grande Florianópolis quando em 2010 alcançou quase 1% dos gastos.



**Gráfico 3: Distribuição dos gastos da administração direta destacando as SDR's**  
 Fonte: Elaborado com base no balanço geral do Estado.

O gráfico 4 complementa o anterior evidenciando a média dos gastos realizados pelas SDR's. Percebe-se que o valor investido na SDR-Grande Florianópolis é muito superior aos investidos nas demais 35.



**Gráfico 4: Média dos gastos realizados pelas SDR's**  
 Fonte: Elaborado com base no balanço geral do Estado.

#### 4.2.2 Análise dos gastos públicos por categoria econômica e grupos de natureza

O Governo do Estado de Santa Catarina gastou no período analisado R\$ 52,349 bilhões distribuídos na Tabela 1 por categoria econômica:

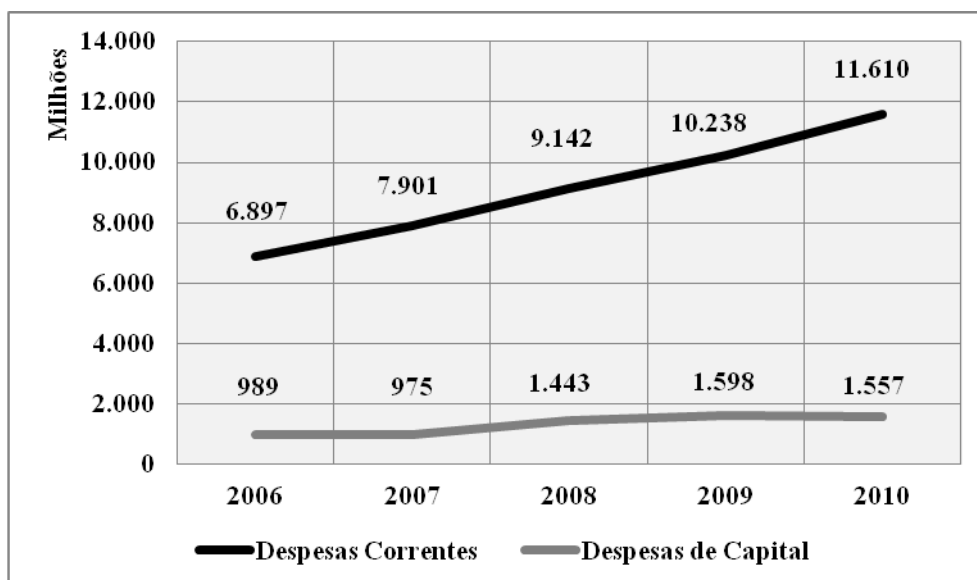
**Tabela 1: Despesas por categoria econômica, entre 2006 e 2010**

Despesas por categoria econômica	2006	2007	2008	2009	2010	Total
	Valor (R\$)	Valor (R\$)	Valor (R\$)	Valor (R\$)	Valor (R\$)	Valor (R\$)
Despesas Correntes	6.896,94	7.900,76	9.142,07	10.238,14	11.610,00	45.787,91
Despesas de Capital	988,66	975,25	1.442,62	1.598,49	1.556,97	6.561,99
<b>TOTAL</b>	<b>7.885,60</b>	<b>8.876,01</b>	<b>10.584,69</b>	<b>11.836,63</b>	<b>13.166,97</b>	<b>52.349,90</b>

Fonte: Elaborado com base no balanço geral do Estado.

De outra forma pode-se visualizar a distribuição dos gastos do Governo do Estado de Santa Catarina no Gráfico 5. No decorrer do período analisado, se percebe uma grande

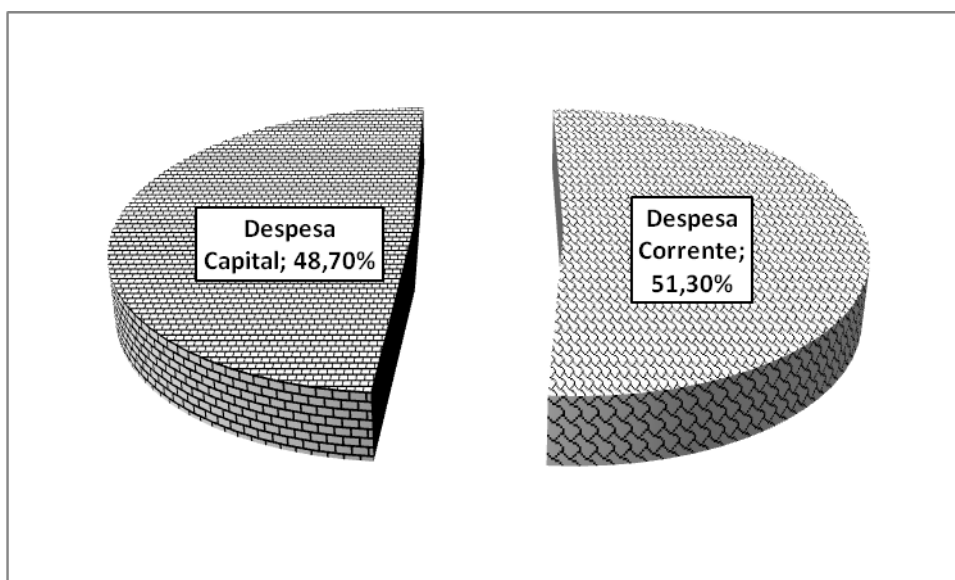
concentração no grupo de despesas correntes, com um crescimento constante, diferente das despesas de capital, que continuaram num mesmo nível no período.



**Gráfico 5: Despesas por categoria econômica, entre 2006 e 2010**

Fonte: Elaborado com base no balanço geral do Estado.

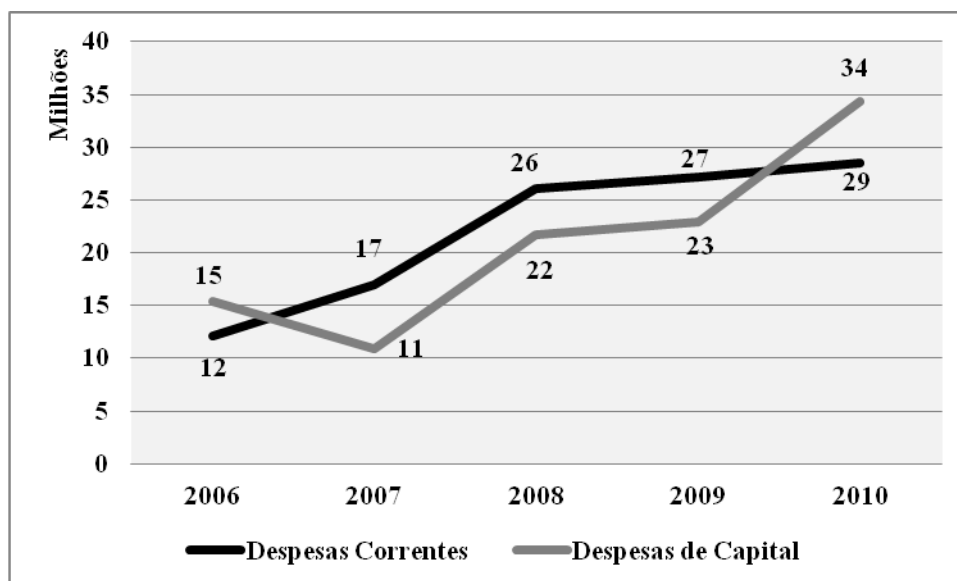
Dos gastos correntes totais, o Governo investiu na SDR-Grande Florianópolis ao longo do período analisado R\$ 110,894 milhões (48,7%). Já os de capital somaram R\$ 105,311 milhões (51,3%). O Gráfico 6, demonstra esses valores em percentuais.



**Gráfico 6: Total das despesas por categoria econômica - SDR-Grande Florianópolis, entre 2006 e 2010**

Fonte: Elaborado com base no balanço financeiro SDR-Grande Florianópolis.

Para demonstrar o comportamento das despesas da SDR-Grande Florianópolis por categoria econômica e grupos de natureza tomou-se como base os dados de seu Balanço Financeiro a fim de identificar quanto cada categoria e grupo contribuiu para o resultado. A evolução das despesas correntes e de capital da SDR-Grande Florianópolis é demonstrada no gráfico a seguir, servindo de base para as demais análises deste tópico.



**Gráfico 7: Distribuição das despesas por categoria econômica - SDR-Grande Florianópolis, entre 2006 e 2010**

Fonte: Elaborado com base no balanço financeiro SDR-Grande Florianópolis.

Observando o gráfico anterior, a categoria econômica que mais chama atenção, é a de despesas correntes, que são aquelas com natureza operacional. Observa-se que apenas em 2006 e 2010 os gastos nesta categoria foram inferiores aos da despesa de capital, cujo objetivo é a formação ou aquisição de bens de capital. Em 2007 os gastos com despesas correntes chegaram a 60,8% do total de despesas naquele ano.

A fim de identificar os grupos de natureza de despesa que mais influenciaram para a formação dos valores, a tabela 2 demonstra a composição dos gastos por categoria e grupo de natureza de despesa.

Entre as despesas correntes, o maior gasto pertence ao grupo Outras Despesas Correntes, que são aquelas destinadas a despesas com aquisição de material de consumo, pagamento de diárias, entre outros, representando 32,7% dos gastos totais em 2006 e 44,1% em 2009. Logo depois vem o grupo de Pessoal e Encargos Sociais, que são aquelas despesas

com pessoal ativo e inativo e pensionistas, e demais relacionados à folha, representando em 2006 11,4% dos gastos totais e em 2009, 10%.

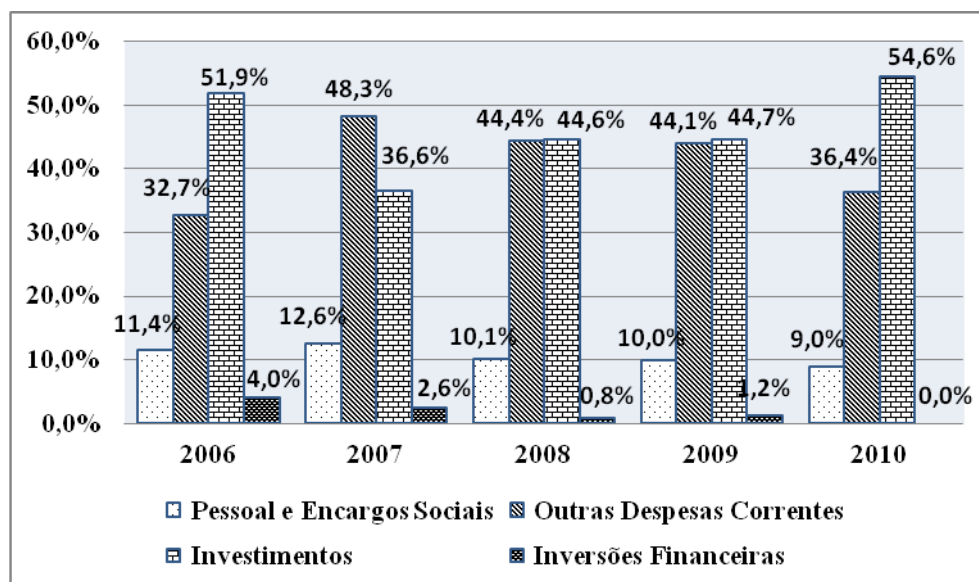
**Tabela 2: Despesas por categoria econômica e grupo de natureza - SDR-Grande Florianópolis, entre 2006 e 2010**

Em R\$

Despesas por categoria econômica e grupo de natureza	2006	2007	2008	2009	2010	Total
	Valor (R\$)	Valor (R\$)	Valor (R\$)	Valor (R\$)	Valor (R\$)	Valor (R\$)
<b>Despesas Correntes</b>	<b>12.153.262</b>	<b>16.956.069</b>	<b>26.088.963</b>	<b>27.125.951</b>	<b>28.569.399</b>	<b>110.893.644</b>
Pessoal e Enc. Sociais	3.150.304	3.506.606	4.848.561	5.007.840	5.654.550	22.167.861
Juros e Enc. da Dívida	0	0	0	0	0	0
Outras Desp. Correntes	9.002.958	13.449.463	21.240.402	22.118.111	22.914.850	88.725.784
<b>Despesas de Capital</b>	<b>15.380.204</b>	<b>10.917.923</b>	<b>21.719.715</b>	<b>22.984.610</b>	<b>34.308.541</b>	<b>105.310.993</b>
Investimentos	14.280.204	10.206.424	21.337.238	22.388.411	34.308.541	102.520.818
Inversões Financeiras	1.100.000	711.499	382.477	596.199	0	2.790.175
Amortização da Dívida	0	0	0	0	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>27.533.466</b>	<b>27.873.992</b>	<b>47.808.678</b>	<b>50.110.561</b>	<b>62.877.940</b>	<b>216.204.637</b>

Fonte: Elaborado com base no balanço financeiro SDR-Grande Florianópolis.

A partir do gráfico 8, pode-se conferir de forma gráfica as despesas por grupos de natureza da SDR-Grande Florianópolis.

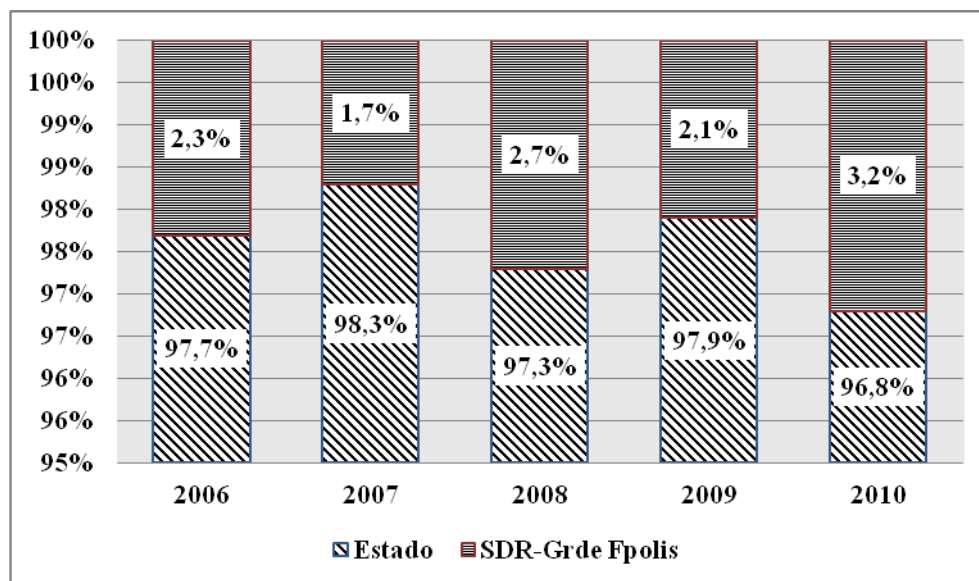


**Gráfico 8: Despesas por grupo de natureza - SDR-Grande Florianópolis, entre 2006 e 2010**

Fonte: Elaborado com base no balanço financeiro SDR-Grande Florianópolis.

Dentre as despesas de capital, a que mais chama atenção é a categoria de Investimentos, que são despesas com planejamento e execução de obras, por exemplo,

representando 51,9% e 54,6% dos gastos totais nos anos de 2006 e 2010, respectivamente. Em seguida pode-se citar o grupo de Inversões Financeiras, que se traduz nas aquisições de imóveis ou bens de capital já em utilização, representando o percentual de 4% dos gastos totais em 2006, somente 1,2% em 2009 e em 2010 não houve lançamentos neste grupo. A seguir se observa no gráfico 10 quanto os investimentos da SDR-Grande Florianópolis representou em relação ao estado.



**Gráfico 9: Participação da SDR-Grande Florianópolis no grupo investimento no resultado do Estado**  
 Fonte: Elaborado com base no balanço financeiro SDR-Grande Florianópolis e no balanço geral do Estado.

A partir do gráfico 9 percebe-se que a participação da SDR-Grande Florianópolis é bastante significativa, representando 2,7% e 3,2% dos gastos com investimentos em todo o Estado de Santa Catarina, em 2008 e 2010 respectivamente.

#### 4.2.3 Análise por classificação funcional

Para esta análise, utilizou-se o demonstrativo do anexo 7 da Lei nº 4.320/1964. Das 28 funções de governo, a da SDR-Grande Florianópolis utilizou no período analisado 15 funções, apresentadas na tabela 3.

De acordo com a tabela 3, pode-se perceber uma grande concentração de gastos na função educação, seguida da administração e urbanismo.



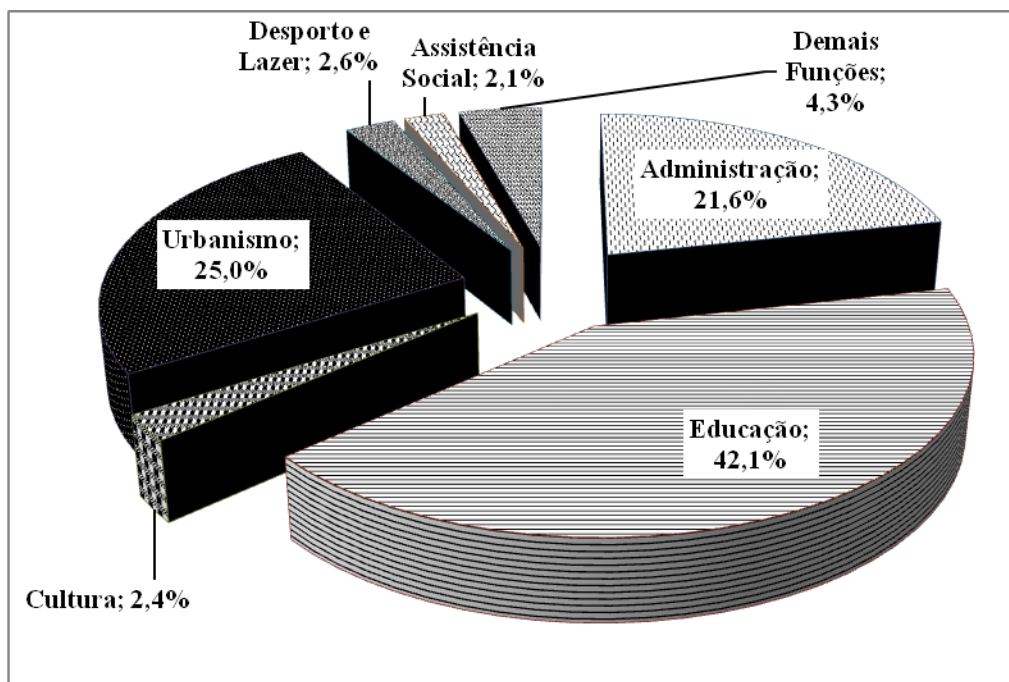
**Tabela 3: Despesas por funções de governo – SDR-Grande Florianópolis, entre 2006 e 2010**

Em R\$

Função	2006	2007	2008	2009	2010	SOMA
	Valor (R\$)	Valor (R\$)	Valor (R\$)	Valor (R\$)	Valor (R\$)	Valor (R\$)
<b>12 – Educação</b>	11.821.853	13.250.684	21.506.179	22.714.564	21.669.600	90.962.880
<b>15 – Urbanismo</b>	0	0	10.533.178	15.480.331	28.105.706	54.119.215
<b>04 – Administração</b>	10.764.248	13.273.057	6.813.069	7.953.230	7.885.624	46.689.228
<b>27 – Desp. e Lazer</b>	35.352	13.895	3.958.771	914.130	609.584	5.531.732
<b>13 – Cultura</b>	2.041.799	15.410	1.907.060	549.207	637.773	5.151.249
<b>08 – Assis. Social</b>	0	87.562	1.651.916	879.316	1.845.975	4.464.769
<b>26 – Transporte</b>	1.425.495	392.074	288.550	176.766	1.235.004	3.517.889
<b>10 – Saúde</b>	264.596	339.920	663.828	443.251	418.086	2.129.681
<b>20 – Agricultura</b>	1.100.000	501.390	0	0	70.000	1.671.390
<b>23 – Com. e Serv.</b>	80.124	0	0	646.637	130.000	856.761
<b>18 – Gest. Ambiental</b>	0	0	27.000	203.889	260.500	491.389
<b>28 – Enc. Especiais</b>	0	0	382.477	0	0	382.477
<b>06 – Seg. Pública</b>	0	0	0	82.165	10.118	92.283
<b>14 – Dir. Cidadania</b>	0	0	11.650	67.075	0	78.725
<b>17 – Saneamento</b>	0	0	65.000	0	0	65.000
<b>TOTAL</b>	<b>27.533.467</b>	<b>27.873.992</b>	<b>47.808.678</b>	<b>50.110.561</b>	<b>62.877.940</b>	<b>216.204.638</b>

Fonte: Elaborado com base no anexo 7 da Lei 4.320/1964 – SDR-Grande Florianópolis.

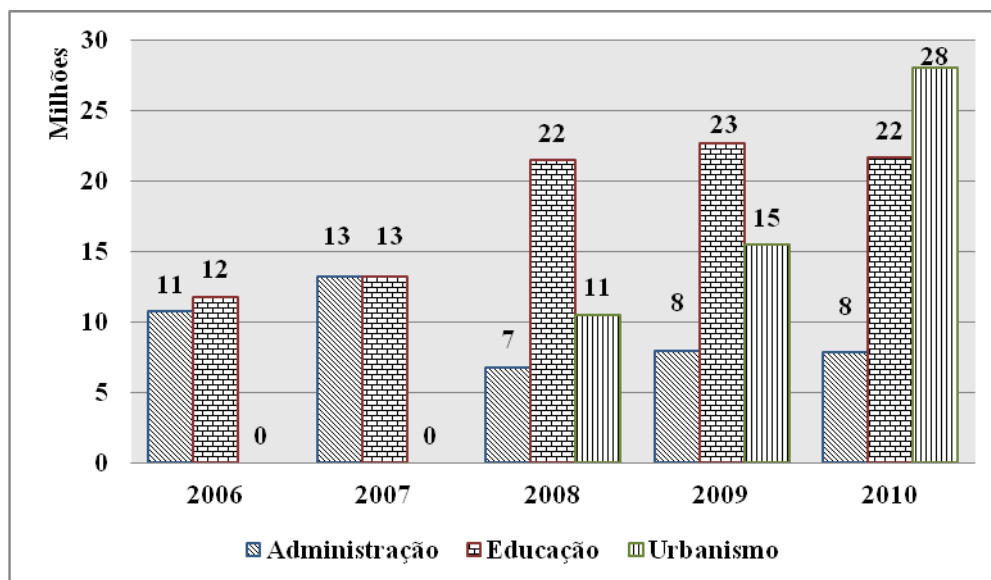
O gráfico 10 demonstra os valores acumulados no período em análise, em percentual, logo, pode-se perceber o grande volume de recursos aplicados na função educação, que representa o “conjunto de ações governamentais voltadas a formação intelectual, moral, social, cívica e profissional do indivíduo, preparando-o para o exercício consciente da cidadania, e habilitando-o para uma participação eficaz no processo de desenvolvimento econômico e social” (PMM, 2010, p. 9), representando 42,1% do orçamento da SDR-Grande Florianópolis. Nas funções urbanismo e administração, os gastos representaram 25% e 21,6% respectivamente, em relação ao total do órgão. Com uma participação abaixo destas, ficou as funções cultura (2,4%), desporto e lazer (2,6%) e assistência social (2,1%). Aquelas que representaram menos que 2%, que é o caso da segurança pública (0%), saúde (1%), direitos da cidadania (0%), saneamento (0%), gestão ambiental (0,2%), agricultura (0,8%), comércio e serviços (0,4%), transporte (1,6%) e encargos especiais (0,2%), foram analisadas conjuntamente chegando a 4,3% dos gastos do período.



**Gráfico 10: Valores acumulados das principais funções de governo – SDR-Grande Florianópolis, entre 2006 e 2010**

Fonte: Elaborado com base no anexo 7 da Lei 4.320/1964 – SDR-Grande Florianópolis.

Em análise ao gráfico 11, e tendo em vista que apenas 3 funções de governo somaram 88,7% do orçamento, convém analisá-las de forma mais aprofundada.



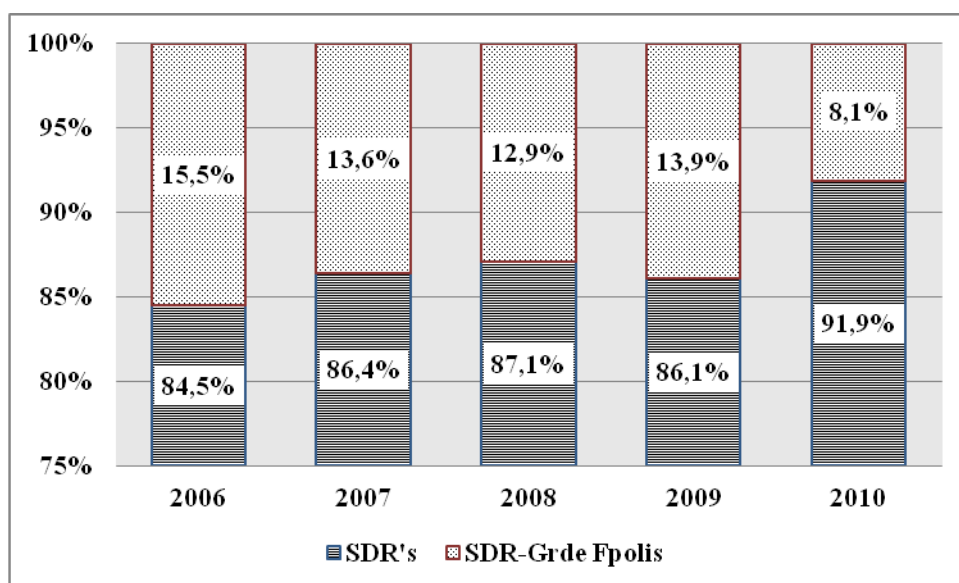
**Gráfico 11: Funções de governo mais representativa – SDR-Grande Florianópolis, entre 2006 e 2010**

Fonte: Elaborado com base no anexo 7 da Lei 4.320/1964 – SDR-Grande Florianópolis.

Conforme a leitura do gráfico pode-se perceber que até 2007 a função urbanismo, resultante da pavimentação asfáltica, não constava nos demonstrativos da SDR-Grande

Florianópolis, passando a figurar somente a partir de 2008. É oportuno destacar o seu crescimento de 166,8% em 2010 em relação a 2008; da mesma forma, a função educação, em 2010, teve um crescimento de 83,3% em relação a 2006, caso que não ocorreu com a administração, tendo um decréscimo de 26,7% no mesmo período. Num comparativo com as demais SDR's, a da Grande Florianópolis teve uma grande participação na função educação, como pode ser visto no Gráfico 12.

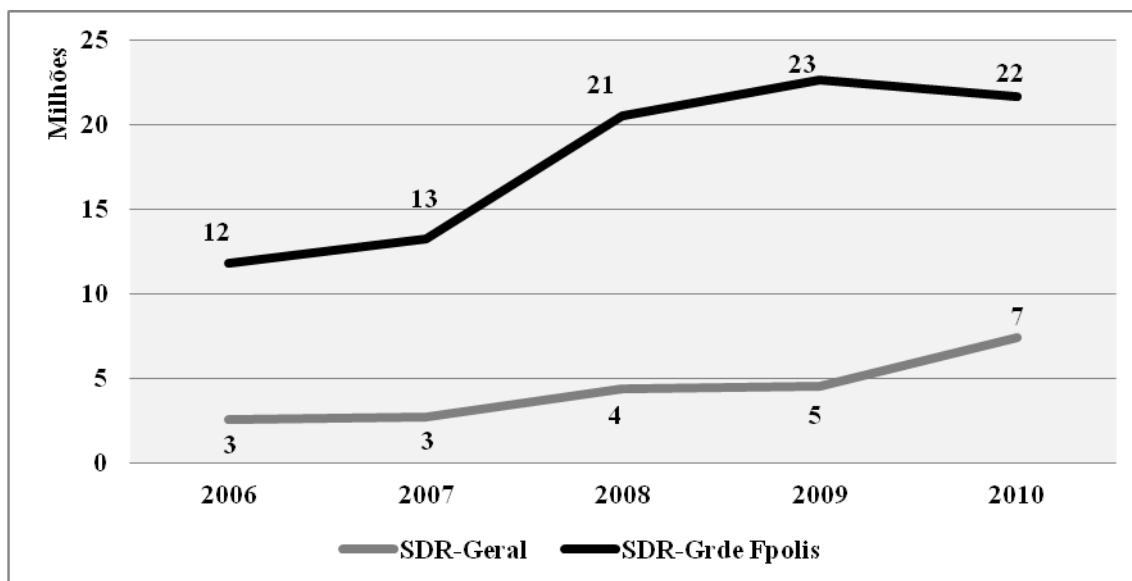
Em análise o gráfico 12 pode-se ainda verificar que em 2006 a participação da SDR-Grande Florianópolis em relação ao total de gastos das SDR's representou 15,5%. Considerando que na época havia apenas 30 Secretarias de Desenvolvimento Regional, pode-se afirmar que é um percentual significativo. No acumulado do período, a SDR-Grande Florianópolis representou 11,8%, o que pode ser considerado normal, visto que após 2007 a estrutura da administração pública estadual passou a contar com mais 6 SDR's, totalizando 36 regionais.



**Gráfico 12: Participação da SDR-Grande Florianópolis na função educação em relação às demais SDR's, entre os anos de 2006 e 2010**

Fonte: Elaborado com base no parecer prévio sobre as contas do Governo do Estado – TCE.

O gráfico 13 demonstra a participação da SDR-Grande Florianópolis, na função educação, considerando a média de gastos das SDR's, ficando evidente a sua importância no cenário analisado.



**Gráfico 13: Participação da SDR-Grande Florianópolis em relação à média das demais SDR's**  
 Fonte: Elaborado com base no parecer prévio sobre as contas do Governo do Estado – TCE.

Como a função educação somou um percentual de 42,1% do total do orçamento em tal SDR, é interessante a análise de suas subfunções, a fim de entender as destinações, sendo detalhado na tabela 4.

**Tabela 4: Subfunções da função educação da SDR-Grande Florianópolis, entre 2006 e 2010**

Subfunção	2006	2007	2008	2009	2010	Total
	Valor (R\$)	Valor (R\$)	Valor (R\$)	Valor (R\$)	Valor (R\$)	Valor (R\$)
Ensino fundamental	11.375.701	11.359.817	16.588.660	18.697.971	16.398.051	74.420.200
Ensino médio	206.758	721.189	2.602.476	2.378.034	3.465.577	9.374.034
Ass port deficiência	0	0	0	881.081	1.084.880	1.965.961
Administração geral	160.101	338.713	398.409	503.285	362.070	1.762.578
Educação infantil	0	623.728	612.035	38.538	104.723	1.379.024
Administração financeira	0	0	951.731	0	0	951.731
Educação jovens e adultos	51.813	181.240	276.221	174.757	144.499	828.530
Ensino profissional	27.479	25.996	36.382	40.898	34.801	165.556
Difusão Conhec Cient Tec	0	0	0	0	75.000	75.000
Tecnologia da informação	0	0	40.265	0	0	40.265
<b>Total</b>	<b>11.821.852</b>	<b>13.250.683</b>	<b>21.506.179</b>	<b>22.714.564</b>	<b>21.669.601</b>	<b>90.962.879</b>

Fonte: Elaborado com base no anexo 7 da Lei 4.320/1964 – SDR-Grande Florianópolis.

A subfunção mais representativa diz respeito aos gastos com o ensino fundamental, totalizando R\$ 74,420 milhões, ou 81,8% dos gastos com educação. O ensino médio representou 10,3%, e assistência ao portador de deficiência 2,2% dos gastos desta função. A quarta subfunção mais representativa é a de administração geral, somando 1,9%, representados pelos gastos administrativos da gerência de educação do órgão.

## **5. CONCLUSÃO E SUGESTÕES PARA TRABALHOS FUTUROS**

Esta seção apresenta as conclusões obtidas no decorrer do estudo. Ao final é apresentado sugestões para futuras pesquisas.

### **CONCLUSÃO QUANTO AOS OBJETIVOS**

Este trabalho teve como objetivo geral “verificar o comportamento dos gastos do Governo de Santa Catarina com a Secretaria de Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis”, no período entre os anos de 2006 e 2010. No seu desenvolvimento, teve como abrangência os assuntos contidos nos objetivos específicos que dentro do descrito nas limitações parecem ter sido suficientes.

### **CONCLUSÃO QUANTO AOS RESULTADOS**

Por meio da pesquisa foi possível demonstrar o comportamento da despesa orçamentária na Secretaria de Desenvolvimento Regional da grande Florianópolis no período de 2006 a 2010. Por ser uma secretaria e não possuir receitas, ficou inviável a aplicação de índices, sendo possível apenas uma comparação entre os resultados do Estado, e das demais SDR's. Tal comparação foi realizada levando em consideração a classificação da despesa categoria econômica, grupos de natureza da despesa, função e subfunção (aquelas mais representativas).

A partir da análise dos resultados, percebeu-se um crescimento constante nas despesas do Estado de Santa Catarina. Não diferente disto, as SDR's, pertencentes à administração direta, também tiveram um crescimento constante, com um pequeno aumento a partir de 2008, ano em que teve um incentivo maior dos gestores da época. Dentro desse grupo das SDR's, a da Grande Florianópolis, ficou acima da média dos gastos nessas secretarias.

Quanto à classificação econômica, no período analisado, grande parte dos recursos da SDR-Grande Florianópolis foram aplicados em despesas corrente, com um total de 51,3%, sendo que as de capital somaram 48,7%.

Dentre as despesas de capital, o grupo de natureza que mais chama a atenção é o de outras despesas correntes, totalizando 32,7% em 2006 e 44,1% em 2009, sendo que pessoal e

encargos corresponderam a 11,4% em 2006 e 10% em 2009. Já as despesas correntes, o grupo investimento representou 51,9% em 2006 e 54,6% em 2010, e as inversões financeiras respondendo apenas com 4% em 2006 e 1,2% em 2009, considerando o total de despesas no período.

Sobre a classificação funcional, é oportuno destacar que das 28 funções de governo, a SDR-Grande Florianópolis utilizou apenas 15 no período analisado, destas, 3 chamam atenção por representar 88,7% dos gastos, que corresponde as funções administração (21,6%); educação (42,1%) e urbanismo (25%). Visto que educação teve uma participação importante, é importante destacar que as subfunções mais utilizadas foram ensino fundamental (81,8%) e ensino médio (10,3%).

## SUGESTÕES PARA TRABALHOS FUTUROS

Durante a realização da pesquisa se percebeu alguns temas relacionados ao trabalho que poderão ser aprofundados em trabalhos futuros.

Primeiramente sugere-se que esta pesquisa seja aplicada em outras SDR's ou até mesmo em outras Secretarias de Estado com representatividade significativa no orçamento do Governo de Santa Catarina.

Visto que em 2012 começa a vigorar o novo PPA, é interessante analisar o comportamento dos gastos para identificar a atenção que o novo gestor deu as SDR's.

Outra sugestão seria aprofundar a pesquisa, analisando os programas, projetos e atividades ainda sob a ótica da SDR-Grande Florianópolis.

E para finalizar, recomenda-se a análise das despesas previstas e executadas, afim de evidenciar a diferença e descobrir possíveis causas.

## REFERÊNCIAS

ADJORISC. **Associação dos Jornais do Interior de Santa Catarina**. Disponível em: ><http://www.adjorisc.com.br>>. Acesso em: 22 jun. 2011.

ANDRADE, Nilton de Aquino. **Contabilidade Pública na Gestão Municipal: novos métodos após a LC nº 101/00 e as classificações contábeis advindas da SOF e STN**. São Paulo: Atlas, 2002.

ANGÉLICO, João. **Contabilidade pública**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

ARAÚJO, Aneide Oliveira; OLIVEIRA, Marcelle Colares. **Tipos de pesquisa**. Trabalho de conclusão da disciplina Metodologia de Pesquisa Aplicada a Contabilidade - Departamento de Controladoria e Contabilidade da USP. São Paulo, 1997. Mimeografado.

BALEEIRO, A. **Uma introdução a ciência das finanças**. 16. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

BEUREN, Ilse Maria; RAUPP, Fabiano Maury. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. In: BEUREN, Ilse Maria (org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, texto constitucional promulgada em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas emendas constitucionais nºs 1/92 a 56/2007 e pelas emendas constitucionais de revisão nºs 1 a 6/94.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 200**, de 25 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a reforma administrativa e da outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/decreto-lei/Del0200.htm>>. Acesso em: 01 mai. 2010.

BRASIL. **Lei Complementar nº 131**, de 27 de maio de 2009. Acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Conselho Regional de Contabilidade. **Resolução CFC nº 750**, de 29 de dezembro de 1993. Dispõe sobre os princípios fundamentais de contabilidade. Disponível em: <[http://www.crcsp.org.br/portal\\_novo/legislacao\\_contabil/resolucoes/Res750.htm](http://www.crcsp.org.br/portal_novo/legislacao_contabil/resolucoes/Res750.htm)> Acesso em: 20 mai. 2011.

Conselho Regional de Contabilidade. **Resolução CFC nº 1.282**, de 28 de maio de 2010. Atualiza e consolida dispositivos da Resolução CFC nº 750/93, que dispõe sobre os princípios fundamentais de contabilidade. Disponível em: <[http://www.crcsp.org.br/portal\\_novo/legislacao\\_contabil/resolucoes/Res1282.htm](http://www.crcsp.org.br/portal_novo/legislacao_contabil/resolucoes/Res1282.htm)> Acesso em: 20 mai. 2011.

CRUZ, Flávio da.(coord.). **Comentários à Lei nº 4.320**: normas gerais de direito financeiro, orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Comentários ao substitutivo do Projeto de Lei nº 135/96. São Paulo: Atlas, 1999.

CRUZ, Flávio da. **Contabilidade e movimentação patrimonial do setor público**. Rio de Janeiro: Ed. Do autor, 1988.

CRUZ, Flávio da.(coord.). **Lei de responsabilidade fiscal comentada**: Lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

CRUZ, Claudia Ferreira da. Um estudo empírico sobre a configuração das receitas e despesas em um município de grande porte de Estado da Bahia. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, XV, 2008, Curitiba, **Anais Eletrônicos do XV CBC** Curitiba: 2008. p. 1-15.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 20. ed. São Paulo: Atlas, 2007.



GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3º ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIACOMONI, James. **Orçamento público**. 13. ed. ampl. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2005.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em 22 Out. 2011.

JUND, Sérgio. **Administração, orçamento e contabilidade pública: teoria e 830 questões**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

KOHAMA, Heilio. **Contabilidade pública: teoria e prática**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1989.

LIMA, Diana Vaz de. **Contabilidade Pública: integrando União, Estados e Municípios (Siafi e Siafem)** / Diana Vaz de Lima, Róbison Gonçalves de Castro. – 3 ed. – São Paulo: Atlas, 2007.

LIMA, Manolita Correia. **Monografia: a engenharia da produção acadêmica**. 2 ed. ver. e atualizada. São Paulo: Saraiva, 2009.

MATIAS-PEREIRA, José. **Curso de Administração Pública: foco nas instituições e ações governamentais**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. 29ª. Ed. São Paulo: Malheiros, 2003.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. 13. ed. ampl. rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2001.

MOG – Ministério do Orçamento e Gestão. **Portaria nº 42**, de 14 de abril de 1999. Atualiza a discriminação da despesa por funções de que tratam o inciso I do § 1º do art. 2º e § 2º do art. 8º, ambos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, estabelece os conceitos de função, subfunção, programa, projeto, atividade, operações especiais, e dá outras providências. Disponível

em:<<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/legislacao/download/contabilidade/portaria42.pdf>>.

Acesso em: 13 mai. 2010.

PMM – Prefeitura Municipal de Manaus. **Portaria nº 42/1999 comentada**. Disponível em: <[http://www2.manaus.am.gov.br/portal/transparencia/ContasPublicas/outrosinslegais/portaria\\_42\\_comentada.pdf](http://www2.manaus.am.gov.br/portal/transparencia/ContasPublicas/outrosinslegais/portaria_42_comentada.pdf)>. acesso em: 11 dez. 2011.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SANTA CATARINA. **Lei Complementar nº 243**, de 30 de janeiro de 2003. Estabelece nova Estrutura Administrativa do Poder Executivo.

SANTA CATARINA. TRIBUNAL DE CONTAS. Parecer prévio sobre as Contas do Governo do Estado – exercício 2006. Florianópolis: Tribunal de Contas, 2007.

SANTA CATARINA. TRIBUNAL DE CONTAS. Parecer prévio sobre as Contas do Governo do Estado – exercício 2007. Florianópolis: Tribunal de Contas, 2009.

SANTA CATARINA. TRIBUNAL DE CONTAS. Parecer prévio sobre as contas prestadas pelo Governador do Estado – exercício 2008. Florianópolis: Tribunal de Contas, 2009.

SANTA CATARINA. TRIBUNAL DE CONTAS. Parecer prévio sobre as Contas do Governo do Estado – exercício 2009. Florianópolis: Tribunal de Contas, 2010.

SANTA CATARINA. Governo do Estado de Santa Catarina. Disponível em: <<http://www.sc.gov.br>>. Acesso em: 20 jun. 2011.

SDR - SECRETARIA DESENVOLVIMENTO REGIONAL GRANDE FLORIANÓPOLIS.  
Disponível em: < <http://soo.sdr.sc.gov.br/>>. Acesso em: 15 jul. 2011.

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA. Diretoria de Contabilidade Geral – DCOG.  
Balanco Geral do Estado do Exercício 2006. Florianópolis: 2007.

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA. Diretoria de Contabilidade Geral – DCOG.  
Balanco Geral do Estado do Exercício 2007. Florianópolis: 2008.

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA. Diretoria de Contabilidade Geral – DCOG.  
Balanco Geral do Estado do Exercício 2008. Florianópolis: 2009.

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA. Diretoria de Contabilidade Geral – DCOG.  
Balanco Geral do Estado Exercício 2009. Florianópolis: 2010.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Lino Martins da. **Contabilidade Governamental: um enfoque administrativo**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

STN – Secretaria do Tesouro Nacional. **Portaria Interministerial nº 163**, de 04 de maio de 2001. Dispõe sobre normas gerais de consolidação das Contas Públicas no âmbito da União, estados, Distrito Federal e municípios, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/legislacao/download/contabilidade/portarias325e519.PDF>>. Acesso em: 13 mai. 2010.

STN / SOF – Secretaria do Tesouro Nacional e Secretaria de Orçamento Federal / Ministério da Fazenda (MF) e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG). **Portaria Conjunta nº 1**, de 20 de junho de 2011. Aprova a Parte I – Procedimentos Contábeis Orçamentários da 4ª ed. do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, e

dá outras providências. Disponível em: < [http://www.tesouro.fazenda.gov.br/legislacao/download/contabilidade/ParteI\\_PCO2011.pdf](http://www.tesouro.fazenda.gov.br/legislacao/download/contabilidade/ParteI_PCO2011.pdf)>. Acesso em: 22 jul. 2011.

## ANEXOS

### ANEXO A – MODALIDADES DE APLICAÇÃO

MODALIDADES DE APLICAÇÃO	
20	Transferência à União
22	Execução Orçamentária Delegada À União
30	Transferências a Estados e ao Distrito Federal
31	Transferências a Estados e ao Distrito Federal – Fundo a Fundo
32	Execução Orçamentária Delegada a Estados e ao Distrito Federal
40	Transferência a Municípios
41	Transferência a Municípios – Fundo a Fundo
42	Execução Orçamentária Delegada a Municípios
50	Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos
60	Transferências a Instituições Privadas Com Fins Lucrativos
70	Transferências a Instituições Multigovernamentais
71	Transferências a Consórcios Públicos
72	Execução Orçamentária Delegada a Consórcios Públicos
80	Transferências ao Exterior
90	Aplicações Diretas
91	Aplicações Direta Decorrente de Operações entre Órgão, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
99	A Definir

**Quadro 5: Modalidades de aplicação**  
Fonte: Adaptado MCASP (2011, p. 62-63).

## ANEXO B – ELEMENTOS DE DESPESA

Continua

CÓDIGO	ELEMENTOS DE DESPESA
1	Aposentadorias e Reformas
3	Pensões
4	Contratação por Tempo Determinado
5	Outros Benefícios Previdenciários
6	Benefício Mensal ao Deficiente e ao Idoso
7	Contribuição a Entidades Fechadas de Previdência
8	Outros Benefícios Assistenciais
9	Salário-Família
10	Outros Benefícios de Natureza Social
11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil
12	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Militar
13	Obrigações Patronais
14	Diárias - Civil
15	Diárias - Militar
16	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil
17	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Militar
18	Auxílio Financeiro a Estudantes
19	Auxílio-Fardamento
20	Auxílio Financeiro a Pesquisadores
21	Juros sobre a Dívida por Contrato
22	Outros Encargos sobre a Dívida por Contrato
23	Juros, Deságios e Descontos da Dívida Mobiliária
24	Outros Encargos sobre a Dívida Mobiliária
25	Encargos sobre Operações de Crédito por Antecipação da Receita
26	Obrigações decorrentes de Política Monetária
27	Encargos pela Honra de Avais, Garantias, Seguros e Similares
28	Remuneração de Cotas de Fundos Autárquicos
29	Distribuição de Resultado de Empresas Estatais Dependentes
30	Material de Consumo
31	Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras
32	Material de Distribuição Gratuita.
33	Passagens e Despesas com Locomoção
34	Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização
35	Serviços de Consultoria
36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física
37	Locação de Mão-de-Obra
38	Arrendamento Mercantil
39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
41	Contribuições
42	Auxílios
43	Subvenções Sociais
45	Subvenções Econômicas
46	Auxílio-Alimentação
47	Obrigações Tributárias e Contributivas
48	Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas
49	Auxílio-Transporte
51	Obras e Instalações
52	Equipamentos e Material Permanente
61	Aquisição de Imóveis
62	Aquisição de Produtos para Revenda

CÓDIGO	ELEMENTOS DE DESPESA
63	Aquisição de Títulos de Crédito
64	Aquisição de Títulos Representativos de Capital já Integralizado
65	Constituição ou Aumento de Capital de Empresas
66	Concessão de Empréstimos e Financiamentos
67	Depósitos Compulsórios
71	Principal da Dívida Contratual Resgatado
72	Principal da Dívida Mobiliária Resgatado
73	Correção Monetária ou Cambial da Dívida Contratual Resgatada
74	Correção Monetária ou Cambial da Dívida Mobiliária Resgatada
75	Correção Monetária da Dívida de Operações de Crédito por Antecipação da Receita
76	Principal Corrigido da Dívida Mobiliária Refinanciado
77	Principal Corrigido da Dívida Contratual Refinanciado
81	Distribuição Constitucional ou Legal de Receitas
91	Sentenças Judiciais
92	Despesas de Exercícios Anteriores
93	Indenizações e Restituições
94	Indenizações e Restituições Trabalhistas
95	Indenização pela Execução de Trabalhos de Campo
96	Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado
97	Aporte para Cobertura do Déficit Atuarial do RPPS
99	A Classificar

**Quadro 6: Elementos de despesa**

Fonte: Adaptado MCASP (2011, p. 66-68).

## ANEXO C – TERMO DE AUTORIZAÇÃO



ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA  
SECCIONAL DA DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL

### TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Autorizo Guilherme Fraga, acadêmico de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina a utilizar as informações dos demonstrativos contábeis elaborados por esta Seccional de Contabilidade da Secretaria de Estado da Fazenda relativos aos exercícios financeiros de 2006 a 2010.

São José-SC, 31 de janeiro de 2011.

**ALEXANDRA FURTADO DA SILVA DIAS**

Contadora da Fazenda Estadual – CRC nº MS-007216/O-6 T-SC  
SEF/DCOG – Agente de Controle Interno – Atividade Contábil  
(Decreto nº 3.372/2005)  
Matricula 360.904-9

**Figura 4: Termo de autorização**  
Fonte: Setor de contabilidade SDR-Grande Florianópolis